

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**TIAGO DE BRITTO RODRIGUES**

**Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre o valor  
distribuído pelas empresas do segmento de bancos da BM&F  
Bovespa.**

**Florianópolis  
2010**

**TIAGO DE BRITTO RODRIGUES**

**Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelas empresas do segmento de bancos da BM&F Bovespa.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.  
Orientador: Prof. Dr. Irineu Afonso Frey

**Florianópolis  
2010**

Tiago de Britto Rodrigues

Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelas empresas do segmento de bancos da BM&F Bovespa.

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo (a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, dia, mês de 2010.

**Professora Valdirene Gasparetto, Dra.**  
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

**Irineu Afonso Frey, Dr.**  
Orientador(a)

**Bernadete Limongi, Dra.**  
Membro

**Marcos Laffin, Titulação, Dr.**  
Membro

## **DEDICATÓRIA**

A meus pais, irmãos e familiares, pelo apoio e carinho dados em muitos momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, causa primária de tudo, por me dar a oportunidade de aprendizado e evolução nesta existência.

A minha família, em especial a meus pais Adão e Jurema, por terem me passado importantes ensinamentos sobre valores morais e incentivos na busca de um futuro melhor. A meus irmãos Michele e Braian, por me ensinarem nos primeiros momentos de minha vida, a conviver e aceitar as diferenças que todos temos. A meus sobrinhos Natasha e Yuri, por nos momentos de dificuldade e angústia, conseguirem tirar-me um sorriso do rosto, com pequenos e simples gestos.

A todos os meus familiares, em especial minha avó Honorina, sempre presente e dedicada. A meus padrinhos, tios e primos, sempre próximos em carinho.

Aos meus amigos, que em muitos momentos difíceis, estiveram a meu lado, em especial Fer, Eberton, Antonio, Jaison, Robinho, Renato e Adriano, além de muitos outros importantíssimos em minha caminhada.

Agradeço ainda à Universidade Federal de Santa Catarina e ao Centro Sócio-Econômico, pela oportunidade de estudos e aprendizados que com certeza levarei por toda a minha vida. Agradeço a todos os professores, em especial à professora Valdirene, por toda a paciência e incentivo dados antes e durante o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço especialmente ao caro secretário do curso, Mauro, por diversos gestos de ajuda e apoio, sempre que foram solicitados.

Não podendo deixar de citar, agradeço a meu caro Professor e Orientador Irineu Afonso Frey, que dedicou tempo e paciência a este estudo, colaborando de forma fundamental para seu desenvolvimento.

A estes e a todos os outros que posso ter deixado de citar, mas que com certeza têm meu carinho e agradecimento, **MUITO OBRIGADO.**

## RESUMO

RODRIGUES, Tiago de Britto. **DVA: um estudo comparativo sobre o valor distribuído por parte das empresas do segmento de bancos da BM&F Bovespa**. 2010, 65 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina.

Cada vez mais a sociedade tem acesso às atividades realizadas pelas organizações empresariais. Por tanto, preocupar-se somente com o lucro, esquecendo da função social das organizações, tornou-se um caminho perigoso para a sua sobrevivência. A Demonstração do Valor Adicionado surge neste contexto como uma importante ferramenta de análise e controle do retorno dado pelas organizações ao meio no qual estão inseridas. Tal demonstrativo contábil, ou financeiro, como referem alguns autores, evidencia quanto de valor uma empresa adiciona à economia e ao mesmo tempo como este valor é distribuído para os diversos segmentos da sociedade. O presente estudo buscou evidenciar e analisar como se comporta a distribuição do valor adicionado efetuada por parte do segmento de bancos do setor financeiro e outros da BM&F Bovespa. A metodologia do estudo teve caráter descritivo, além de uma abordagem quali-quantitativa. Foram utilizados instrumentos como pesquisa bibliográfica, na fundamentação teórica, e levantamento de dados para se apurar os resultados a respeito das empresas da população pesquisada. Os principais resultados do estudo apontam que: os segmentos que em média mais receberam valor adicionado foram os de remuneração de capital próprio e de pessoal, sendo que o primeiro apresentou uma queda de 7 pontos percentuais entre 2007 e 2009 e o segundo um aumento de 2 pontos; na análise por controle acionário, as empresas de controle público apresentaram um maior percentual de distribuição para o segmento de pessoal, enquanto as de controle privado distribuíram mais para remuneração de capitais próprios.

**Palavras-chave:** DVA – Demonstração do Valor Adicionado; Balanço Social; Responsabilidade Social Empresarial e Contabilidade

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Distribuição média do valor adicionado no setor de bancos em 2007.....	43
Gráfico 2:	Distribuição média do valor adicionado no setor de bancos em 2008.....	46
Gráfico 3:	Distribuição média do valor adicionado no setor de bancos em 2009.....	49
Gráfico 4:	Distribuição média do valor adicionado por segmento.....	52
Gráfico 5:	Distribuição média do valor adicionado nos bancos públicos.....	54
Gráfico 6:	Distribuição média do valor adicionado nos bancos privados.....	56
Gráfico 7:	Comparativo do valor adicionado médio distribuído por controle acionário..	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Empresas da Amostra.....	15
Quadro 2:	Balanço ou Relatório Social – Panorama Internacional.....	24
Quadro 3:	Comparativo Internacional da DVA no Balanço Social .....	31
Quadro 4:	Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral.....	34
Quadro 5:	Modelo II – Demonstração do Valor Adicionado – Instituições Financeiras Bancárias	39
Quadro 6:	Distribuição do valor adicionado por segmento no ano de 2007.....	44
Quadro 7:	Distribuição do valor adicionado por segmento no ano de 2008.....	47
Quadro 8:	Distribuição do valor adicionado por segmento no ano de 2009.....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BS	Balanco Social
BACEN	Banco Central do Brasil
BM&F BOVESPA	Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DC's	Demonstrações Contábeis
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPS	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica
JCP	Juros sobre o Capital Próprio
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SA	Sociedade Anônima
VA	Valor Adicionado/Agregado



## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>7</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
<b>1.2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>12</b>
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
<b>1.4.1 Enquadramento metodológico.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4.2 População e amostra.....</b>	<b>15</b>
<b>1.4.3 Análise dos dados.....</b>	<b>16</b>
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	17
1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	18
2.2 CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	21
2.3 BALANÇO SOCIAL.....	23
<b>2.3.1 Surgimento e histórico do balanço social.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.2 Conceitos de balanço social.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3.3 Abordagens do balanço social.....</b>	<b>27</b>
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA.....	28
<b>2.4.1 Valor adicionado.....</b>	<b>29</b>
<b>2.4.1 Histórico da demonstração do valor adicionado.....</b>	<b>30</b>
<b>2.4.2 Conceitos e objetivos da demonstração do valor adicionado.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4.3 Estrutura básica da demonstração do valor adicionado.....</b>	<b>33</b>
<b>2.4.4 Geração da riqueza.....</b>	<b>35</b>

2.4.5 Distribuição da riqueza.....	36
2.4.6 Demonstração do valor adicionado nas instituições financeiras.....	38
<b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>41</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO.....	41
3.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO SETOR DE BANCOS.....	42
3.2.1 Distribuição do valor adicionado em 2007.....	42
3.2.2 Distribuição do valor adicionado em 2008.....	46
3.2.3 Distribuição do valor adicionado em 2009.....	48
3.3 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DO VALOR ADICIONADO.....	51
3.4 ANÁLISE COMPARATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR CONTROLE ACIONÁRIO.....	53
3.4.1 Distribuição do valor adicionado dos bancos com controle acionário público.....	54
3.4.2 Distribuição do valor adicionado dos bancos com controle acionário privado..	56
3.4.3 Comparativo sobre a distribuição do valor adicionado por controle acionário....	57
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
4.1 CONCLUSÕES.....	59
4.2 OPINIÃO DO AUTOR.....	60
4.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	61
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A forma pela qual as organizações do meio empresarial estão tendo de perceber a sociedade está mudando. Não é de hoje que essas organizações são cobradas para dar um maior retorno à sociedade e alertadas sobre suas obrigações. Não é também somente visando o lucro, sem nenhum comprometimento com o meio em que estão inseridas, que lhes será garantida a sobrevivência.

Neste mundo cada vez mais competitivo em que vivemos, principalmente no meio empresarial, destacam-se cada vez mais as organizações que deixam o mais claro possível suas ações, tanto na parte operacional visando o lucro, quanto na parte social visando o bem comum. A responsabilidade social empresarial tem sido tema de diversas discussões nas últimas décadas. Muitos autores têm se dedicado a este tema. Karkotli (2006, p. 45), diz que “a responsabilidade social é uma nova estratégia para aumentar o lucro e potencializar o desenvolvimento das empresas”.

A contabilidade sempre esteve diretamente ligada à gestão empresarial, servindo de suporte à tomada de decisão ou evidenciando a situação da organização, por meio dos demonstrativos por ela elaborados.

E neste novo contexto em que vivem as entidades empresariais, a contabilidade assume novo compromisso, que é o de evidenciar o quão importantes as organizações são para os ambientes nos quais estão inseridas. Com a publicação da lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007, que altera e revoga dispositivos da lei 6.404 de 1976, torna-se obrigatória para as empresas de capital aberto a publicação anual de um demonstrativo que era apenas publicado em caráter voluntário, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

Como já mencionado, as organizações têm cada vez mais que se preocupar com a repercussão que a responsabilidade social tem causado junto à sociedade atual. Dentro deste contexto o demonstrativo analisado neste estudo tem suma importância na evidenciação de tal responsabilidade. Nesse sentido, Santos (2007, p. 18), afirma:

Numa época em que se tem a globalização como irreversível, a DVA começa a materializar uma forma de visualização dos benefícios (ou malefícios) a respeito da participação das empresas no contexto social em que estão inseridas. A isso deve ser adicionada a possibilidade de melhor avaliação do conjunto de empresas de uma sociedade, principalmente no que se refere à capacidade de geração (valor adicionado) e distribuição de riquezas; a soma dos valores adicionados das empresas, calculada através da DVA, representará parte significativa de toda a riqueza gerada no país, isto é, constituirá elemento substancial do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Viceconti (2002, p. 293), a “DVA representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo”. Tal demonstrativo tem como função ainda evidenciar como a riqueza produzida pela entidade é distribuída na sociedade.

De acordo Marion (2009, pag. 238), “para chegarmos ao valor agregado distribuído devemos subtrair das vendas o valor de todas as compras de bens e serviços”, idéia expressa também na obra da Fipecafi (2010) que afirma ainda que ela pode ser considerada como um complemento da Demonstração do Resultado do Exercício.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

As empresas são criadas para atender a muitos tipos de necessidades humanas. Em geral elas têm a necessidade de gerar resultados financeiros e lucros para sobreviverem. Esses lucros podem ser considerados como retorno ao empreendedor e seus sócios pelo trabalho e risco do negócio que iniciaram. Porém para atingir estes resultados financeiros elas também fazem uso de recursos da sociedade. Por este motivo elas devem um retorno a esta, seja gerando empregos e distribuindo parte de seus resultados a seus empregados ou ainda pagando impostos ao governo.

Se considerarmos a obrigação que as organizações têm de tornar transparentes todas as suas ações voltadas para a sociedade na qual estão inseridas, e o fato de que cada vez mais os agentes ligados às organizações, têm acesso a essas ações, torna-se fundamental, para a sobrevivência destas organizações, que elas ajam norteadas pela responsabilidade social.

Uma das maneiras de evidenciar o quanto as empresas dão de retorno à sociedade é a Demonstração do Valor Adicionado, que evidencia de que maneira a riqueza gerada por parte das empresas é distribuída a todos os segmentos que contribuem para a geração desta riqueza. A DVA se apresenta como um demonstrativo, além de obrigatório para as empresas de capital aberto, muito importante para a evidenciação da responsabilidade da empresa para com o meio em que estão inseridas.

Assim surge como tema para a presente pesquisa a análise da Demonstração do Valor Adicionado no setor financeiro, especificamente no segmento de bancos da BM&F Bovespa. E o problema de pesquisa a ser respondido no presente estudo é: como é distribuído o valor adicionado pelos bancos com ações negociadas na BM&F Bovespa?

## 1.2 OBJETIVOS

Considerando a importância do tema e visando responder ao problema de pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos para a pesquisa.

### 1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo tem como objetivo geral identificar como as empresas do segmento de bancos do setor financeiro da BM&F Bovespa distribuem o valor adicionado para os segmentos de pessoal, governos, remuneração dos capitais de terceiros e próprios nos anos de 2007, 2008 e 2009.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Procurando alcançar o objetivo geral do presente estudo, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- evidenciar os segmentos que mais recebem valor distribuído;
- identificar a evolução e possíveis variações nos anos pesquisados;
- evidenciar e comparar as possíveis diferenças, no valor distribuído, pelas empresas com controle acionário público e aquelas com controle privado

## 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A Demonstração do Valor Adicionado é responsável por evidenciar o tamanho da riqueza gerada por parte das empresas, e também como essa riqueza é distribuída entre os diversos agentes econômicos ligados às empresas. Dessa maneira é possível evidenciar claramente qual o tamanho do “bolo”, e como ele é dividido entre todos os agentes que ajudam a criá-lo.

Por ser uma demonstração que se tornou obrigatória para as empresas de capital aberto, há pouco tempo, por meio da Lei 11.638/07, ela ainda é fruto de discussões a respeito

principalmente da forma e conteúdo que deve conter. Porém já existem alguns estudos a seu respeito, uma vez que mesmo não sendo obrigatória até algum tempo atrás, já era publicada por algumas organizações em caráter voluntário.

A DVA oferece uma visão muito mais ampla da real importância que a empresa tem em relação à sociedade, se comparar à DRE, por exemplo, que tem por objetivo evidenciar o lucro que a empresa gera. A DVA demonstra todos os segmentos da sociedade, ligados às empresas, que estão recebendo parte da riqueza gerada pela organização.

Neste sentido Yoshioka (apud Santos, 2007, p. 37) diz que:

Há uma grande diferença entre uma demonstração de resultado e uma demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes, e de certa forma, são complementares. O principal objetivo da primeira é mostrar o lucro líquido que, em última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com capital a juros, a parte que pertence aos empregados e a que fica com o governo.

Na demonstração dos resultados, essas partes dos demais capitalistas são consideradas despesas. Isso se deve ao fato de que, para o proprietário, essas riquezas distribuídas são redução de sua parte, de seu lucro.

Levando-se em conta que a DVA divide-se inicialmente em duas partes, uma que trata da geração da riqueza e outra que trata de sua distribuição, a pesquisa buscou, sob a ótica da responsabilidade social, evidenciar e analisar a segunda parte, que trata da distribuição da riqueza entre os agentes que ajudam a formá-la. Destacam-se entre estes agentes: pessoal, governos, terceiros e capitais próprios.

Nesse contexto a contabilidade demonstra mais uma de suas atribuições, a de aproximar cada vez mais a sociedade das práticas e compromissos das organizações para com ela. A Demonstração do Valor Adicionado é um bom exemplo de como a contabilidade pode contribuir para a transparência das atividades empresariais e demonstrar o quanto as empresas podem contribuir para uma determinada sociedade.

#### 1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico serão abordados os procedimentos metodológicos adotados no estudo, buscando responder aos objetivos do trabalho, além dos dados sobre a população estudada e da análise dos dados do estudo. Para Silva (2010, p. 13), “Entende-se metodologia como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento”.

### 1.4.1 Enquadramento metodológico

A metodologia tem como objetivo esclarecer quais os procedimentos adotados para o desenvolvimento de uma pesquisa. Este estudo é considerado de natureza descritiva. Para Richardson (1999, p. 71), esse tipo de estudo “propõe-se a investigar o “que é”, “ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo. Em acordo com esta visão Gil (2010, p 27) cita ainda, que essas pesquisas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população”.

Inicialmente, buscando um aprofundamento teórico a respeito da responsabilidade social empresarial e alguns de seus instrumentos de evidenciação, como é o caso do Balanço Social e da própria Demonstração do Valor Adicionado, foi realizada uma pesquisa exploratória em materiais já elaborados como, livros, dissertações, teses, artigos e na internet.

A coleta de dados pode ser entendida como uma pesquisa levantamento, já que este tipo de pesquisa, segundo Silva (2010, p. 56), “consiste na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada, de forma clara e direta, dos quais objetiva saber o comportamento”. Para isso será realizada a leitura e análise das DVAs da empresas relacionadas na população e amostra, além da leitura das notas explicativas, a fim de verificar fatores que possam influenciar a DVA.

A fonte dos dados pesquisados é classificada como secundária, pois foram utilizados demonstrativos financeiros, relatórios da administração e notas explicativas publicadas no sítio eletrônico da Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo.

Os métodos de abordagem utilizados na pesquisa são considerados quantitativos e qualitativos. Um estudo quantitativo, segundo Richardson (1999, p. 70), “representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. Quanto à abordagem qualitativa, o mesmo autor diz que esta difere da quantitativa, principalmente porque não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. (RICHARDSON 1999). Silva (2010, p. 28) refere-se às abordagens qualitativas como as que: [...] “têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais”.

### 1.4.2 População e amostra

A população inicial é composta por todas as empresas do segmento de bancos que compõem o setor financeiro da Bolsa de Valores e Mercadorias de São Paulo, que no ano de 2010 eram um total de 28, apresentadas no quadro 1:

Inicial	Final	Razão social	Nome no pregão	Controle
1	-	ALFA HOLDINGS S.A.	ALFA HOLDING	Privado
2	1	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	BANESTES	Público
3	2	BCO ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL	Privado
4	3	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST	Privado
5	4	BCO AMAZONIA S.A.	AMAZONIA	Público
6	5	BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO	Privado
7	6	BCO BRASIL S.A.	BRASIL	Público
8	-	BCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	CRUZEIRO SUL	Privado
9	7	BCO DAYCOVAL S.A.	DAYCOVAL	Privado
10	8	BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	BANESE	Público
11	-	BCO ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA	Público
12	9	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	Público
13	10	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BICBANCO	Privado
14	11	BCO INDUSVAL S.A.	INDUSVAL	Privado
15	-	BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	MERC INVEST	Privado
16	-	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL	Privado
17	12	BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL	Público
18	13	BCO PANAMERICANO S.A.	PANAMERICANO	Privado
19	14	BCO PATAGONIA S.A.	PATAGONIA	Privado
20	15	BCO PINE S.A.	PINE	Privado
21	16	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	Privado
22	17	BCO SOFISA S.A.	SOFISA	Privado
23	18	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	BRB BANCO	Público
24	-	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	ALFA CONSORC	Privado
25	19	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	Privado
26	20	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	ITAUSA	Público
27	21	PARANA BCO S.A.	PARANA	Privado
28	22	VOTORANTIM FINANÇAS S.A.	VOTORANTIM	Privado

**Quadro 1: Empresas da amostra**  
**Fonte: Adaptado do site da BM&F Bovespa**

Após o levantamento inicial dos demonstrativos a serem provavelmente utilizados no estudo, foram excluídas da população inicial, por não apresentarem, em algum dos anos analisados, os dados pertinentes para a realização da pesquisa, as empresas: ALFA



HOLDINGS S.A., BCO ESTADO DO PARÁ S.A., BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A., BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.

A empresa BCO CRUZEIRO DO SUL S.A., também foi excluída da pesquisa, pois apresentou no ano de 2008 um valor a distribuir negativo, e como o estudo busca evidenciar a distribuição do valor adicionado, optou-se pela exclusão. Tais critérios foram utilizados para buscar uma maior qualidade e homogeneidade nos dados utilizados no estudo. Após as exclusões a população final ficou composta por 22 empresas, sendo 7 de controle acionário público e 15 de controle privado.

Os anos utilizados na pesquisa foram os de 2007, 2008 e 2009, e a fonte das informações, foi o sítio eletrônico BM&F Bovespa, que disponibiliza para toda a sociedade, de forma padronizada, os demonstrativos utilizados.

### **1.4.3 Análise dos dados**

A análise dos dados baseou-se na obtenção e estudo das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas, além de uma posterior leitura dos Relatórios da Administração e Notas Explicativas, a fim de verificar, alguma possível operação ligada à distribuição do valor adicionado, efetuada por parte das empresas.

Posteriormente foram calculados os percentuais de valor adicionado distribuído entre os segmentos evidenciados na DVA. Para isso obteve-se o quociente entre o valor adicionado distribuído por segmento e o valor total a distribuir, chegando a um índice percentual. Em seguida foram obtidos os valores médios distribuídos por parte das empresas da amostra.

Essas informações foram tabuladas em planilhas do Excel, que tornaram possível evidenciar e analisar alguns comportamentos sobre a distribuição do valor adicionado na população estudada.

Mais à frente o estudo sugeriu os mesmos procedimentos, porém segmentando as empresas, diferenciando-as entre as que possuíam controle acionário público e as de controle privado, procurando apontar possíveis diferenças de comportamento no que tange à distribuição do valor adicionado efetuada por elas.

Os períodos analisados foram escolhidos em função da disponibilidade dos dados, já que a maioria das empresas só evidencia, de forma clara e padronizada, os dados, nesses anos.

## 1.5 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho restringe-se à evidenciação e análise da distribuição do valor adicionado efetuada pelas empresas da população escolhida, não abrangendo a forma como o valor é gerado, tampouco a maneira como a DVA é elaborada.

O estudo não tratará também de casos em que houve prejuízo no exercício de alguma das empresas, já que o foco está voltado distribuição valor pelas das empresas da população.

Outro ponto que limita o estudo é o fato de que os resultados encontrados na pesquisa estão diretamente relacionados ao estudo das DVAs, relatórios da administração e notas explicativas emitidas pelas empresas no site da BM&F Bovespa, e que em alguns momentos, não eram capazes de apontar algum tipo de comportamento ou tendência pelas empresas analisadas.

## 1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro abrange a introdução, com o tema e problema, assim como os objetivos, justificativa e metodologia, encerrando com as limitações do estudo.

No segundo capítulo é abordado o referencial teórico que busca dar um maior embasamento ao estudo, abordando temas como a Responsabilidade Social Empresarial e o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

O terceiro capítulo aborda a pesquisa realizada no segmento de bancos do setor financeiro da BM&F Bovespa, demonstrando e analisando os dados obtidos.

O quarto e último capítulo apresenta as considerações finais do estudo, sendo apresentadas as conclusões da pesquisa, assim como a opinião do pesquisador e as recomendações para futuros estudos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do presente estudo tem como objetivo principal buscar embasamento técnico e científico para alcançar os objetivos propostos anteriormente. Primeiramente será caracterizado o que vem a ser a responsabilidade social empresarial e suas eventuais particularidades, além de uma caracterização da contabilidade e a responsabilidade social e do próprio balanço social. Posteriormente será realizado um levantamento bibliográfico sobre a Demonstração do Valor Adicionado, seu histórico, seus objetivos e importância para evidenciação da riqueza gerada e distribuída por parte das empresas.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Cada vez mais a sociedade tem acesso às atitudes e ações realizadas pelas empresas, os instrumentos de controle desse tipo de ações, como é o caso do Balanço Social e até mesmo de leis sobre o tema, tem se popularizado

Uma empresa que visa somente resultados financeiros, esquecendo do meio em que esta inserida, cada vez mais correrá o risco de não sobreviver. Em acordo com esta visão, muitos autores têm expressados seus pensamentos sobre o tema, De Luca et al (2009, p. 5), cita que: “Atualmente, uma empresa não pode buscar somente lucros. Seus resultados econômicos devem estar diretamente relacionados ao seu desempenho social”.

Tinoco e Kraemer (2008, p. 29) fortalecem esta idéia, dizendo que “cada vez mais as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, pois dela depende sua continuidade, além de abranger o bem-estar da população em sua integridade”.

Para Leão (2003, p. 35) “a responsabilidade social envolve o comportamento ético e a qualidade das relações que a empresa estabelece com todos os seus públicos. É um processo contínuo de aprendizagem que, para se concretizar, deve estar incorporado à gestão dos negócios”.

Os conceitos sobre o que vem a ser a e o que abrange a Responsabilidade Social Empresarial são muito variados e amplos na literatura atual. Sua abrangência pode ir desde programas de relações com empregados, proteção ambiental, defesa do consumidor até desenvolvimento e renovação urbana, cultura e recreação (Amorim, 2009).

A Fundação Nacional de Qualidade (2006) refere-se em seus conceitos fundamentais da excelência em gestão, a Responsabilidade Social como sendo:

Atuação que se define pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais ela se relaciona, estando voltada para o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras; respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais como parte integrante da estratégia da organização.

Para Karkotli (2006, p. 44) [...] “a responsabilidade social corporativa é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, possibilitando que as organizações demonstrem toda sua preocupação por meio de significativos projetos sociais”.

Até mesmo órgãos normatizadores expressaram definições e regras sobre este tema, é o caso por exemplo, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que publicou a NBR 16001 (2004), definindo a RS como sendo: “A relação ética e transparente da organização com todas suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável.” Tal norma preocupou-se ainda em definir alguns objetivos e metas compatíveis com a Responsabilidade Social, tais como:

- a) boas práticas de governança;
- b) combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- c) práticas leais de concorrência;
- d) direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- e) direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- f) promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- g) compromisso com o desenvolvimento profissional;
- h) promoção da saúde e segurança;
- i) promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- j) proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; e
- k) ações sociais de interesse público.

Como foi visto anteriormente, diversos conceitos sobre responsabilidade social empresarial, ou corporativa, como sugerem alguns autores, têm surgido nos últimos anos, todavia, conceituar tal assunto se torna em alguns momentos complicado. Para Pereira e Campos Filho (2006, apud Amorim 2009, p. 135) “A dificuldade de se obter um consenso

entre inúmeras definições e modelos apresentados para se entender RSC é explicada muitas vezes pelas diferenças de contexto sociocultural e econômico em que cada uma delas foi concebida”.

No Brasil o Instituto Ethos (2009) apresenta a seguinte definição sobre o tema:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Como já foi citado, o conceito de responsabilidade social tem cada vez mais sido incorporado ao mundo dos negócios e se tornado um diferencial muito importante no marketing empresarial. Referindo-se a esta questão Leão (2003, p. 45) destaca que:

Percebe-se que algumas atitudes empresariais que influenciam, fortemente, a imagem organizacional, são as ações que a empresa faz, voltadas para a sociedade. Ações que visam a amenizar problemas sociais produzem um grande impacto na formação da imagem empresarial. Esta é a era do consumidor, e ele está buscando qualidade e responsabilidade. Com a necessidade de conquistar o consumidor cidadão, as empresas precisam desenvolver, cada vez mais, uma reputação empresarial de ética e Responsabilidade Social.

A responsabilidade social pode servir como uma importante estratégia empreendedora utilizadas pelas empresas, pois cada vez mais os consumidores valorizam as entidades que têm um compromisso social com todos os elementos do meio que com ela interagem. Destacam-se entre esses elementos de interação os: investidores, fornecedores, financiadores, consumidores, empregados, estado e meio ambiente (DE LUCA, et al., 2009).

Karkotli (2006, p. 115) diz que:

O estudo da inter-relação entre variáveis da responsabilidade social e estratégia empreendedora resultou na construção de novas definições e contribuiu para diferenciar a responsável social e social responsável. A responsabilidade social é ser, sempre em qualquer situação da organização ou pessoa física no seu dia-a-dia da mesma. Em todo momento se preocupar com o desenvolvimento sustentável, com o meio ambiente, em ser ético, com a exclusão social, com o consumo consciente e com a política social transparente de maneira contínua e planejada. O social responsável é fazer um benefício social, mesmo que seja de maneira isolada, uma ação única para alguém ou comunidade e possivelmente nunca mais voltar a fazer.

Leão (2003, p. 37) salienta ainda que:

ao adicionar às suas competências básicas um comportamento ético responsável as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades influenciadas por suas atividades, e são gratificadas com o reconhecimento e engajamento de seus colaboradores e com a preferência dos seus consumidores.

Dentro da ótica da RSE algumas empresas já algum tempo tem apresentado ações visando atender a este enfoque. Tachizawa (2009, p. 236), cita como um dos exemplos de práticas empresariais sobre esta ótica, o setor financeiro, alvo deste estudo, dizendo que: “No

setor de serviços financeiros, as organizações, normalmente, têm a possibilidade de implementar estratégias de gestão de pessoas com ênfase em salários e benefícios, bem como complementar de forma privilegiada as relações trabalhistas em sua esfera de atuação”. O autor cita ainda casos de ações sociais realizadas por empresas do setor, como o Prêmio Itaú-Unicef, o Trabalho e Cidadania aos Municípios do Banco do Brasil, o Projeto Vida de Índio: – Comunidade Tapeba que é uma escola da Fundação Bradesco. O autor destaca também a iniciativa de empresas do setor em publicar o Balanço Social, como por exemplo: Banespa, Banco do Brasil, Bradesco, Nossa Caixa/Nosso Banco, Febraban e Banco Itaú.

Outro importante fator da responsabilidade social empresarial é a ética. O debate sobre esse assunto nas práticas administrativas, vem demonstrando que esse é um bom caminho para se seguir, de modo a garantir a sobrevivência das organizações nesse mundo extremamente competitivo e de mercados desregulados (KARKOTLI, 2006).

Dentro da responsabilidade social, a contabilidade assume um importante papel, pois através dela, principalmente por meio de seus demonstrativos, é evidenciado o quanto uma empresa pode agregar ao meio no qual está inserida, e o quanto está comprometida com este meio.

## 2.2 CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Qualquer área do conhecimento nasce das necessidades humanas e com a contabilidade não foi diferente. Para dar respostas a essas necessidades, cada área deve atender a determinados objetivos. Segundo Favero et al (2006, p. 1), “Os objetivos representam os motivos pelos quais determinada atividade é desenvolvida”. Na área da contabilidade os principais objetivos sempre estiveram ligados ao estudo das variações do patrimônio das entidades. O patrimônio que se caracteriza como o objeto principal da contabilidade, para Petrenco (2009, p. 49):

[...] representa a riqueza, origem e aplicação de recursos, em amplo aspecto, ou seja, conjunto de bens tangíveis: moveis e imóveis, estando incluídos neles os seus direitos e as obrigações e, intangíveis como, por exemplo, energias, que tenham valor econômico, know-how de produção, inventos, marcas, sistemas administrativos, econômicos e financeiros e demais tipos de bens intangíveis, devendo ser incluídos, entre os bens intangíveis, o fundo empresarial.

Com base na estrutura conceitual básica da contabilidade Marion (2009, p. 28), diz que ela tem como principal objetivo “permitir a cada grupo de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer

inferências sobre suas tendências futuras”. O autor completa o assunto dizendo que: “A contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas (portanto, a contabilidade ocupa-se dos fatos humanos)”.

Os usuários da contabilidade podem ser enquadrados nos mais diferentes enfoques e possuem necessidades completamente diferentes, podendo ser divididos em usuários internos e externos. Petrenco (2009) os divide ainda em: sócios e acionistas; administradores e gerentes; instituições financeiras e fornecedores; governo; economistas; empregados; poder judiciário e pessoas físicas e comunidade em geral. Como se percebe, torna-se complicado, em certos momentos, para a contabilidade, atender a todos a todos os interesses de seus usuários, pois cada um apresenta níveis diferentes de necessidades e de compreensão dos relatórios e demonstrativos elaborados pela contabilidade.

Para Favero et al (2006) a contabilidade ainda não é capaz de atender as necessidades informacionais de todos os usuários. Para o autor ela deveria se capaz de gerar relatórios direcionados para cada usuário, para facilitar um pouco mais o processo decisório. Iudícibus (2009, p.7) se manifesta sobre o assunto afirmando que:

O sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes. E, ainda assim, deveria ser capaz de reagir, mais lentamente, é verdade, mas seguramente, às solicitações diferenciadas de usuários.

Por outro lado, a contabilidade tem evoluído consideravelmente para atender, cada vez mais, a cada necessidade de informações referentes ao seu objeto. A prova disso é a elaboração de novos demonstrativos como o que serve de tema no presente estudo, que atendem as necessidades de novos usuários.

Neste contexto, a contabilidade assume profunda importância nas relações empresariais com a sociedade, já que ela é responsável principalmente por demonstrar a vida econômica e as mutações ocorridas dentro de qualquer organismo econômico, informações essas que são fornecidas aos mais diversos interessados, isso ocorre através dos relatórios contábeis gerados por essa ciência, que facilitam o processo de tomada de decisão pelos usuários interessados nas informações que lhe forem relevantes (DE LUCA, 2009, p. 8). Fazendo uso destes relatórios a contabilidade se mostra em consonância com os interesses de qualquer tipo de usuário. Santos (2007, p. 17) aponta que:

a contribuição que a contabilidade pode oferecer para estreitar o relacionamento entre empresas, principalmente em relação á geração e distribuição de riquezas, e a sociedade que as acolhe – que, em última análise, é a detentora dos recursos naturais e humanos utilizados, muitas vezes sem ônus, por essas mesmas empresas.

Como já foi analisado, a função da contabilidade é de gerar informações úteis para seus usuários, no extenso campo da contabilidade. Destaca-se a contabilidade social, para Paulini e Braga (2001) a forma mais usual de se classificar tal ramo da contabilidade, é identificando-a como a que “[...] congrega instrumentos capazes de aferir o movimento da economia de um país num determinado período de tempo: quanto se produziu, quanto se comprou, quanto se investiu, quanto se vendeu para o exterior, quanto se comprou do exterior”.

Outra visão sobre o assunto vem de Kroetz (1999, p.33), que fala sobre contabilidade social em, expondo os seguintes pensamentos em seu trabalho: “Na realidade, em termos da contabilidade social, busca-se a verdade (impactos) sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade – causa e efeito”. O autor cita ainda em seu artigo que “[...] a contabilidade social visa criar um sistema capaz de inventariar, classificar, registra, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade [...]”.

Iudicibus (2009, p. 9) complementa o assunto quando diz que, a abordagem sociológica da contabilidade, do tipo “bem-estar-social”, deve, através de seus procedimentos e relatórios emanados, atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias.

Assim a contabilidade social tem fundamental importância na relação empresa-sociedade; nesse contexto ela assume mais um importante papel quando ajuda a fundamentar um novo instrumento de controle das atividades empresariais em relação à sociedade – o Balanço Social.

### 2.3 BALANÇO SOCIAL

A seguir será apresentado um levantamento teórico sobre o Balanço Social, que é uma importante ferramenta de divulgação, principalmente, de indicadores econômicos, sociais e ambientais, pelas empresas. Como se deu seu surgimento, um breve histórico, conceitos básicos e sua importância dentro da responsabilidade social empresarial.



### 2.3.1 Surgimento e histórico do balanço social

O balanço social surgiu inicialmente das crescentes necessidades da sociedade, em receber por parte das organizações inseridas em seu meio, um retorno de suas ações junto a ela. Segundo Rensi, Cardoso e Schenini (2005, p. 50): “A pressão dos cidadãos através de associações, sindicatos, clubes de investidores e, conseqüentemente, a resposta das empresas, elaborando e divulgando relatórios com informações de caráter social, resultou no que se chama hoje de Balanço Social”.

Isso ocorreu com maior intensidade em meados do século XX, mais precisamente na década de 70, quando empresas de países como França e Alemanha começaram a publicar tal demonstrativo, correspondendo a cobrança de tais movimentos sociais, e atendendo a necessidade da sociedade em geral. Os primeiros países a tornarem obrigatória a publicação do balanço social, segundo De Luca et al (2009, p. 14) foram:

a França que, com a Lei nº 77.769, de 1977, alterada por dispositivos legais posteriores, sendo o último deles com entrada em vigor em 1º de março de 2008, exigiu a elaboração de informações diferentes a relações do trabalho para companhias com mais de 300 empregados; Portugal, com a Lei nº 141/85, alterada pelo Decreto-lei nº 9/92, que tornou obrigatória a elaboração de balanço social para empresas com mais de 100 empregados; e Bélgica, onde foi instituído por meio de Decreto Real de 1996, alterado por dispositivos legais posteriores, os últimos deles com vigência iniciada em 1º de dezembro de 2008.

As autoras preocupam-se ainda, em sua obra, em apresentar um quadro resumido, enfatizando qual foi a maior ênfase dada por alguns países quando da origem do balanço social. O quadro 2 demonstra esta ênfase:

PAÍS	ÊNFASE
França	Informações aos empregados: nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.
Portugal	Informações relativas aos empregados e às ações sociais da empresa destinadas a melhoria de vida da comunidade.
Bélgica	Análise do emprego em todos os seus aspectos.
Alemanha	Condições de trabalho e aspectos ambientais.
Espanha	Avaliação periódica e sistemática de todas as atividades da empresa.
Suécia	Informações para empregados e distribuição do Valor Adicionado
Holanda	Informações sobre condições de trabalho.
Estados Unidos	Consumidores/Clientes e a sociedade em geral: qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade, com abordagem de caráter ambiental.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.

**Quadro 2: Balanço ou Relatório Social – Panorama Internacional**  
**Fonte: Adaptado de De Luca et al (2009, p. 14)**

Como pode se perceber no quadro 2, o Balanço Social, surgiu em países que tinham o capitalismo mais desenvolvido, conseqüentemente, onde as práticas de gestão empresarial também o eram. Nesse sentido, Tinoco e Kraemer (2008, p. 90) comentam que nesses países:

várias empresas já vêm consagrando o balanço social como instrumento de gestão e de informação. Essas empresas divulgam normalmente informação econômica e social (abarca a ambiental) a seus trabalhadores e a sua comunidade, pois a estrutura não é posta em causa, e o lucro aceito como uma vocação normal da empresa, necessário a sua continuidade, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados torne-se consensual e não conflituosa.

Gonçalves (apud Cunha 2008, p. 14) acrescenta que:

A busca de um elemento básico na existência do homem moderno, representado pela qualidade de vida, estimulou em todos os centros acadêmicos e empresariais mais evoluídos o interesse por instrumentos de aferição do desempenho da empresa nesse campo de atividades. Nasceu aí a preocupação com elementos novos da vida da empresa em seu âmbito administrativo traduzido por denominações igualmente novas, como “Balanço Social” e “indicadores sociais.

No Brasil publicações sobre tal demonstrativo começaram a surgir no fim da década de 80, porém a sua publicação não é de caráter obrigatório, mesmo assim muitas empresas já adotam a prática de publicá-lo em caráter voluntário.

Instituições como o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE, criado em 1981, através, principalmente, da figura muito importante do sociólogo Hebert de Souza -“Betinho” que, segundo De Luca (2009), foi quem inicialmente “levantou a bandeira do Balanço Social” lançando uma campanha nacional de divulgação do demonstrativo. Betinho definiu a importância de tal relatório da seguinte maneira:

A idéia do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando à erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho.

O campo é vasto e várias empresas já estão trilhando esse caminho. Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. (Disponível em: [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br))

Além do IBASE, outro instituto de destaque nesse tema é o Instituto Ethos, criado em 1998, com o objetivo de incentivar as empresas a incorporar o conceito de responsabilidade social. Sua missão é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (Ethos 2010). Seus indicadores sociais estão divididos em sete focos: valores e transparência; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores; comunidade; governos e sociedade.

Estes dois institutos têm apresentado nos últimos anos, à publicação de indicadores

sociais, que conseqüentemente contribuem para o desenvolvimento e aprimoramento dos modelos de Balanços Sociais, permitindo que tenham um fácil entendimento das ações praticadas por parte das organizações. A seguir são apresentados alguns conceitos sobre o Balanço Social, disponíveis na literatura pesquisada.

### 2.3.2 Conceitos de balanço social

Conceituar tal instrumento de controle das organizações é até certo ponto complicado se levarmos em conta ainda que nos últimos anos, muitos autores têm se dedicado a esse tema, isso leva a uma grande quantidade de pensamentos e conceitos. O IBASE (2010), representado pelo pensamento do sociólogo Betinho, conceitua o BS da seguinte maneira:

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Segundo Kroetz (1999, p. 36), “o balanço social representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades na promoção humana, social e ecológica [...]”.

No que diz respeito à apresentação tanto de influências favoráveis como desfavoráveis, é importante ressaltar que este demonstrativo apresenta ainda limitações principalmente, pelo fato de não ser publicado em caráter obrigatório, e com isso ainda não possui uma padronização, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo que deve apresentar. Isso pode acabar o tornando um instrumento enviesado, já que as empresas podem acabar publicando somente o que lhes favorece e não os indicadores negativos que deveriam apresentar. Neste sentido a NBCT 15 é a regulamentação que no Brasil, propõe indicadores de cunho negativo, mais completa. Para atingir um bom grau de confiabilidade e transparência, fatores, como a inserção de notas explicativas, a identificação do responsável pela geração da informação e auditoria independente, poderiam contribuir consideravelmente (CARVALHO e SIQUEIRA, 2009).

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 87) o “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”. Kroetz (1999, p. 36), neste sentido aponta que:

antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerada uma ferramenta gerencial, pois reúne dados qualitativos e quantitativos sobre políticas administrativas, sobre relações entidade/ambiente e outros, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias. (Disponível em: [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br))

Ainda sobre este ponto de vista, Santos et al (2007, p. 25) dizem que o BS:

é um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. Será um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

Em uma visão mais abrangente o Balanço Social demonstra a interação da empresa com os elementos que a cercam, evidenciando o que foi feito principalmente pelos seus empregados, pela população e pelo meio que recebe sua influência direta (RENSI, CARDOSO e SCHENINI, 2005).

O Balanço Social acaba sendo uma complementação das demonstrações contábeis, pois veio para atender uma demanda da sociedade com relação à prestação de contas das organizações, a respeito de suas atividades, de suas relações sociais e do reflexo social de suas variações patrimoniais (LAGIOIA e LIRA, 2009).

Este relatório entretanto, ainda apresenta limitações, principalmente pelo fato de ainda não ser de caráter obrigatório

### 2.3.3 Abordagens do balanço social

O balanço social apresenta quatro principais abordagens ou vertentes como tratam alguns autores, são elas: a de Recursos Humanos; a de Atividades Sociais; a de Meio ambiente e a da Geração da Riqueza (DE LUCA et al, 2009).

**a) a de recursos humanos**, diz respeito ao corpo de funcionários da empresa, para DE LUCA et al (2009), se for utilizada de forma eficiente pode facilitar a criação, ou aperfeiçoamento de um esquema adequado para gerenciar as atividades humanas e sociais desempenhadas dentro da empresa. As autoras salientam ainda a importância das informações quantitativas. Fipecafi (2010), acrescenta que essa vertente visa ainda traçar um perfil da força de trabalho com itens como: idade, sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho na empresa, etc.; remuneração e benefícios concedidos: salários, auxílios alimentação, educação, saúde, transporte etc.; gastos com treinamentos dos funcionários.

**b) a de atividades sociais**, para De Luca et al (2009, p. 11), esta abordagem diz respeito ao que tange os aspectos relacionados com a interação da empresa com o meio que a cerca. As autoras citam ainda que esse enfoque abrange informações do tipo: [...] “gastos com projetos culturais, esportivos, de ecoturismo, bem como das áreas de educação, saúde, assistência social e organizações de comunidades, em programas de combate ao trabalho infantil e escravo e de integração e assistência a portadores de deficiência física.”

**c) a de meio ambiente**, ou vertente do Balanço Ambiental como se referem FIPECAFI (2010), que descrevem como sendo a que reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, os autores incluem nela qualquer tipo de investimento que tenha cunho voltado ao meio ambiente, ou que de alguma forma possa servir para sua preservação. De Luca et al (2009, p 12) cita ainda a responsabilidade que a contabilidade tem nas informações que pode gerar sobre as atividades relacionadas ao meio ambiente, reforçando que:

Algumas delas podem ser divulgadas nas tradicionais demonstrações contábeis, destacando-se gastos com aquisição de bens permanentes de proteção ambiental, despesa de manutenção ou correção de efeitos ambientais e obrigações contraídas em prol do meio ambiente e em decorrência de infração de legislações ambientais ou de prejuízos causados a terceiros.

**d) a da geração da riqueza**, essa abordagem trata das informações de natureza econômica. Dentro dessa abordagem se enquadra a DVA, que para FIPECAFI (2010), em suma objetiva evidenciar, em forma de valores, o quanto a empresa contribui para o desenvolvimento da região onde está inserida.

Em síntese um balanço social bem estruturado e com informações corretas e claras, é fundamental nos nossos dias para poder demonstrar o quanto as organizações preocupam-se com o meio em que estão inseridas e o quanto de retorno estas dão a esse meio. Dentro dos enfoques do balanço social como já foi visto está inserida a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que é o demonstrativo tema do presente estudo.

## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

No presente tópico serão discutidos os conceitos de valor adicionado além do histórico da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, assim como sua estrutura básica divulgada pela Lei 11.638/07 em 28 de dezembro de 2007 e outros órgãos regulamentadores.

### 2.4.1 Valor adicionado

O termo Valor Adicionado é comumente discutido dentro da economia, mais especificamente na macroeconomia. Segundo autores como ROSSETTI (1997), ele está diretamente relacionado ao conceito de Renda Nacional. O autor tenta sintetizar melhor em sua obra o conceito sobre este termo da seguinte forma:

- A produção é um fluxo de suprimentos-processamento-saídas.
- O valor adicionado é a diferença entre o valor das saídas e o dos suprimentos. Ele corresponde aos custos internos de processamento em que as empresas incorrem, remunerando os fatores de produção por ela mobilizados.
- Valor adicionado e produto, sob óptica macroeconômica, são expressões equivalentes.
- O Produto Nacional resulta da soma dos valores adicionados (ou dos produtos) de todas as empresas que compõem o aparelho de produção da economia mundial (ROSSETTI, 1997, p 544).

O valor adicionado para, Santos (2007) está intimamente ligado à apuração do Produto Nacional. Que segundo Rossetti (1997, p. 548), é responsável por expressar “[...] a soma dos bens e serviços finais produzidos pela economia”. O autor descreve ainda que dele são excluídas as transações intermediárias, a fim de evitar as contagens múltiplas. Idéia que também é expressa na obra de De Luca et al (2009, p. 22):

A expressão bens e serviços finais produzidos mostra um dos principais problemas na formação do PNB: a contagem múltipla. Para evitá-la, somente são computados no cálculo do PNB os produtos e serviços de consumo final, excluindo-se os bens intermediários consumidos durante o processo produtivo.

Para De Luca et al (2009, p. 22):

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire em determinado período, e é obtido, na contabilidade, pela diferença entre vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Esse valor será, ainda, igual à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa.

Pode-se dizer também que o valor adicionado de uma empresa em determinada etapa de produção é a diferença entre o valor bruto produzido nesta etapa e os consumos intermediários (SIMONSEN e CYNE, 2009). Os autores ainda fazem uma interligação entre Valor Adicionado e Produto Nacional citando que o PN é o valor total dos bens e serviços finais produzidos no país num determinado período de tempo. Ou seja, isso é o mesmo que o total dos valores brutos produzidos retirando os consumos intermediários. Com isso se conclui que o Produto Nacional é igual à soma dos valores adicionados, nesse período de tempo, em todas as unidades produtivas do país.

Para Santos (2007, p. 29), “[...] o valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo”. O autor cita ainda que [...] “a

empresa, que está situada entre o mercado vendedor e o mercado comprador, em sua operação agrega valor aos bens e serviços adquiridos, transformando-os e recolocando-os no mercado.”

Rossetti (1997, p. 544) acrescenta ainda que: “Sob condições normais, o valor das saídas (...) é superior aos custos de todos os suprimentos. E a diferença é exatamente igual ao valor adicionado, representado pelos custos pagos aos fatores de produção, sob forma de salários, alugueis, arrendamentos, juros, depreciações e lucro”.

Conforme foi estudado pode-se dizer que o Valor Adicionado representa o quanto cada empresa gerou de valor em suas operações. O seu cálculo, apurado da forma mais exata possível, se torna fundamental para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

#### **2.4.1 Histórico da Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado de acordo com autores como De Luca (2009) e Santos (2007), surgiu na Europa. Os países precursores foram a França, Inglaterra e Alemanha, e sempre esteve ligada ao conceito de responsabilidade social, mais especificamente ao próprio Balanço social.

Hoje em dia muitas nações consideram tal demonstrativo fundamental. Por exemplo, no caso da instalação de uma multinacional, através dele será analisado o tamanho da riqueza que tal organização poderá gerar (NEVES e VICECONTI, 2002). Neste contexto, Rahman (apud Santos, 2007, p38) argumenta que:

Há muitas vantagens em se apresentar a Demonstração do Valor adicionado de uma empresa multinacional em um país que a hospeda. As vantagens apóiam-se no fato de que essa demonstração oferece à empresa multinacional a oportunidade de apresentar sua contribuição a esse país. A empresa multinacional pode utilizar essa demonstração para estabelecer o interesse da comunidade e de seus legisladores num país qualquer. Isso daria à empresa a oportunidade para formação de goodwill, expansão de mercado, redução de conflitos com o governo local e outros grupos da sociedade, e evitaria diversos desgastes políticos. Como consequência disso a empresa provavelmente alcançaria maior crescimento e estabilidade de seus lucros.

No Brasil, já há algum tempo a sua importância vem sendo discutida por diversos pesquisadores, principalmente na área contábil e econômica. Para Tinoco e Kramer (2008, p. 99): “O início deu-se a partir das publicações pioneiras da Telebrás e de algumas de suas controladas, no exercício de 1990; da (extinta) Cia. Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) de São Paulo em 1991 e do Banespa no exercício de 1992.”

Sua regulamentação se deu por meio da lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007. Porém tal lei não tratou especificamente sobre qual a forma e qual conteúdo deveriam ser adotados

no citado demonstrativo. Posteriormente a maioria das empresas que publicam a DVA em caráter obrigatório ou espontâneo tem utilizado o modelo definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 09, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, e também determinado pela NC T 3.7, aprovada pela resolução 1.138/08 do CFC.

Inicialmente tal demonstração não era de caráter obrigatório, mas há algum tempo já vinha sendo apresentada por muitas empresas em caráter voluntário. Ela era parte integrante do Balanço Social. Porém a partir de 2008 sua publicação se tornou obrigatória para as empresas de capital aberto, mais precisamente com a promulgação da lei 11.638/07, em 28 de dezembro de 2007.

#### 2.4.2 Conceitos e Objetivos da Demonstração do Valor Adicionado

No decorrer dos anos foram se desenvolvendo diversos conceitos e metodologias por todo o mundo a respeito da DVA. Alguns destes conceitos foram resumidos no trabalho de Tinoco (2001, apud Rodrigues, 2005, p. 22) em um comparativo apresentado no quadro 3:

País	Situação
Estados Unidos	As empresas americanas, em geral, demonstram poucas informações sociais, mas, dentre elas, destaca-se o Valor Adicionado. A maioria das publicações é voltada para os interesses dos sócios.
Grã-Bretanha	É manifestado interesse em reunir a informação econômica com a social em relatórios para os investidores e assalariados, figurando elementos financeiros (contas de valor adicionado) e elementos estritamente sociais. Entretanto, não há obrigatoriedade de divulgação.
Espanha	Várias empresas divulgam o Balanço Social, entretanto não há obrigatoriedade. Destaca-se o Banco de Bilbao, aliando matéria econômica e social em seu balanço, destacando a contabilidade social, onde divulga o valor adicionado, além de informações relativas a seu pessoal.
França	Devido ao Plano Contábil de 1982, a divulgação da DVA é obrigatória desde 1983, destacando-se o valor adicionado da empresa e valor adicionado global, envolvendo o da empresa e os das que se relacionam com ela. Ressalta-se que a Central de Balanços do Banco da França (BACEM da França) adota vários indicadores do Valor Adicionado para análise do desempenho das organizações.
Portugal	Com o “Plano Oficial de Contabilidade”, de 1977, a “demonstração de resultados do exercício” traz um maior detalhamento de suas contas, permitindo obter o valor adicionado. Peças contábeis do final da década de 70 trazem, juntamente, o valor adicionado das empresas.

**Quadro 3: Comparativo internacional da DVA no Balanço Social**  
Adaptado de Tinoco (2001 apud Rodrigues, 2005, p 22)



Também no Brasil, muitos autores têm se dedicado ao estudo de tal demonstrativo nos últimos anos, e procuram defini-lo em suas obras. Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 88):

Essa demonstração evidencia de forma transparente o valor gerado e sua repartição aos segmentos beneficiários, que são: o pessoal que trabalha na empresa; os acionistas que investem recursos; o estado que se apropria de tributos e os financiadores externos, que são remunerados através de juros.

A DVA representa ainda uma importante ferramenta gerencial, já que apresenta toda a estrutura básica de custos da empresa. É possível através das informações contidas nela, identificar a participação de materiais, salários, impostos, despesas e depreciações. (PADOVEZE, 2010).

Outro aspecto importante nas discussões sobre DVA é o fato de que ela está ligada principalmente a DRE. Mesmo se diferenciando em muito desta, tanto na questão estrutural quanto nos próprios objetivos, ainda assim retira muitos de seus dados da DRE. Agindo assim quase que como um complemento da DRE, Fipecafi (2010, pág. 5) afirma que a DVA:

[...] Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração da riqueza e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo.

Em acordo com esta visão, Yoshioca (1998, apud Santos, 2007, p. 37) acrescenta que:

Há uma grande diferença entre uma demonstração de resultado e uma demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes e, de certa forma, são complementares. O principal objetivo da primeira é mostrar o lucro líquido que, em última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com o capital a juros, a parte que pertence aos empregados e a que fica com o governo.

Na demonstração dos resultados, essas partes dos demais capitalistas são consideradas despesas. Isso se deve ao fato de que, para o proprietário, essas riquezas distribuídas são redução de sua parte, de seu lucro.

Abordando o enfoque social da DVA, Cunha (2002, p. 44) complementa citando que:

A Demonstração do Valor Adicionado, portanto, representa um novo rumo em comparação às Demonstrações Contábeis tradicionais pois, enquanto estas têm foco principal de preocupação a evidenciação, para os investidores, das informações sobre o lucro e sua forma de apuração, aquela mostra, além do lucro dos investidores, a quem pertence a outra parte da riqueza gerada pela empresa, refletindo, ainda, uma preocupação empresarial que é nova, e baseada na responsabilidade social, a remuneração dos valores de produção que ajudará a formar a riqueza da organização.

Um dos objetivos, conforme o que já foi mencionado, é que através do estudo da DVA, se pode verificar e analisar possíveis benefícios socioeconômicos que as empresas possam trazer para determinada região, já que ela discrimina quanto uma empresa pode

agregar à economia local, assim como de que forma é distribuída a riqueza por ela gerada (RODRIGUES, 2005).

De forma mais sucinta e considerando o que já foi analisado anteriormente, o principal objetivo da DVA, é evidenciar o tamanho da riqueza gerada pelas empresas, e de que forma essa riqueza é distribuída entre empregados, administração pública e capital próprio ou de terceiros, fornecendo uma visão muito ampla da real capacidade de uma organização produzir riqueza e distribuí-la. (NEVES e VICECONTI, 2002).

Para tanto a sua estrutura apresenta itens referentes à geração e distribuição da riqueza. A seguir será apresentada a estrutura básica que compõe a Demonstração do Valor Adicionado.

#### **2.4.3 Estrutura básica da demonstração do valor adicionado**

A estrutura básica da DVA foi regulamentada por meio da lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007, e é citada no artigo 176, que trata da sua obrigatoriedade para as companhias de capital aberto e de grande porte, e artigo 188, que cita em seu *caput II* “– demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída”. Porém a Lei não esclarece forma a para a Demonstração do Valor Adicionado.

Posteriormente o modelo utilizado por parte das empresas da amostra foi publicado com base no Pronunciamento Técnico CPC 09, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, e também determinado pela NCT 3.7, aprovada pela Resolução 1.138/08 do CFC.

A Demonstração do Valor Adicionado é dividida inicialmente em duas partes fundamentais, uma que trata da geração da riqueza e outra que trata da sua distribuição entre os diversos agentes econômicos. O quadro 4 apresenta o modelo de DVA utilizado atualmente pelas empresas que têm a obrigação de apresentá-la.

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

**Quadro 4: Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral**  
Adaptado de CPC 09. Disponível em: < [www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf) >

A Demonstração do Valor adicionado, como já foi comentado e conforme demonstra o quadro 4, se divide em duas partes principais: uma que diz respeito à geração da riqueza e abrange como itens principais: receitas, insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado bruto. Pode-se considerar também uma parte intermediária que abrange a depreciação, amortização e exaustão, além do valor adicionado recebido em transferência. A última parte da DVA trata da destinação dessa riqueza. A seguir são abordados cada um dos itens evidenciados na DVA.

#### 2.4.4 Geração da riqueza

Este tópico trata das partes da DVA que demonstram a geração da riqueza e também de sua parte intermediária. Estas partes da DVA, como já foi mencionado, dividem-se em: Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, depreciação, amortização e exaustão e valor adicionado recebido de terceiros.

**a) Receitas:** nesse grupo constarão as receitas auferidas pela empresa durante suas operações normais, segundo regime de competência, líquidas das devoluções, abatimentos, e descontos comerciais, mas considerando os impostos sobre vendas como: ICMS, IPI, ISS, PÍS e Cofins. (DE LUCA, et al 2009). O CPC 09 (2008) acrescenta ainda que; “[...] corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.”

**b) Insumos adquiridos de terceiros:** esse item da DVA demonstra os insumos adquiridos de terceiros, como serviços, matérias-primas, mercadorias, materiais etc. durante o período em curso. Devem se incluídos nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos: materiais, serviços, energia etc. consumidos e os tributos incluídos no momento das compras como por exemplo: ICMS, IPI, PIS e CONFINS, quer sejam recuperáveis ou não. Isso se diferencia das práticas adotadas na demonstração do resultado (CPC 09, 2008).

**c) Depreciação, amortização e exaustão:** demonstra o consumo de itens de longa duração. Para Santos (2007, p. 50) deve-se se “entender a depreciação como um método de distribuição de custos de determinado ativo entre diversos períodos, [...] os mesmos conceitos poderão ser entendidos para amortização e exaustão”. De Luca, et al (2009, p. 45) acrescenta ainda que: “São depreciados os bens adquiridos de terceiros e, também, aqueles construídos pela própria empresa, [...]’.

**d) Valor adicionado recebido de transferência:** esse valor vem após a definição do valor adicionado líquido das operações da empresa, que venha por transferência de terceiros. Segundo De Luca et al (2009, p. 45): “Esses valores são representados pelo produto da participação em outras companhias, pelas receitas financeiras decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras e de variação monetária e cambial.”

Divide-se em: Resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras

receitas. O resultado de equivalência patrimonial pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo. Já as receitas financeiras incluem todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem. Outras receitas incluem os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc. (CPC 09, 2008),

#### 2.4.5 Distribuição da Riqueza

Neste tópico será abordada a segunda parte da demonstração do valor adicionado, que trata da forma como é distribuída a riqueza gerada por parte da organização entre os agentes econômicos que estão ligados diretamente à entidade. Os agentes econômicos que compõem essa parte da DVA são: pessoal e encargos, governos, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio.

a) **Pessoal e Encargos:** neste item da DVA são demonstrados todos os valores a título de remuneração bruta e encargos decorrentes desses pagamentos, como por exemplo: férias, décimo terceiro salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho e os benefícios proporcionados pela organização.

O CPC 09 (2008) identifica tais valores com sendo: a remuneração direta, aquela representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc. Os benefícios podem ser compostos por valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc. E o FGTS, representa os valores depositados em conta vinculada dos empregados (CPC 09, 2008).

A Fipecafi (2010) acrescenta que não devem ser incluídos neste item os encargos com INSS. Para DE LUCA et al (2009) isto ocorre porque nem todos os valores pagos a título de encargos sociais retornam diretamente aos empregados, servindo em parte para custear a própria máquina pública.

b) **Governo:** nesse item enquadram-se os valores devidos a título de impostos, taxas e contribuições aos governos, federal, estadual e municipal. Para o CPC 09 (2008, p. 11): os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e

contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como insumos adquiridos de terceiros. O CPC segrega ainda, os impostos, taxas e contribuições em níveis:

- Federais – inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
- Estaduais – inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
- Municipais – inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

De Luca et al (2009, p. 47) acrescentam ainda na questão dos tributos que: “Quando a empresa realizar operações em outros países, o valor dos impostos e taxas pagos a esses países deve ser evidenciado separadamente dos tributos pagos ao governo nacional”.

c) **Remuneração de capital de terceiros:** é representada na DVA por meio de subitens como: juros, aluguéis, *royalties*, direitos autorais e outros.

Quanto à questão dos juros, segundo a Fipecafi (2010, p. 587), “incluem as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos”. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 09 (2008) acrescenta ainda que incluem-se também os valores que tenham sido capitalizados no período.

Os aluguéis caracterizam-se por todos os valores pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos; incluem-se inclusive as despesas com arrendamento operacional (CPC 09, 2008).

Outros valores são caracterizados como remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como *royalties*, franquia, direitos autorais, etc. (CPC 09, 2008)

d) **Remuneração do capital próprio:** é composto pelos dividendos, pelos juros sobre capitais próprios, além dos lucros retidos. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008, p. 15) diz que:

Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

Ressalta-se que os valores de JPC não distribuídos devem ser destinados à conta lucros retidos. Além disso a distribuição de lucros de outros períodos não deve figurar nessa linha, já que aqui devem constar somente valores do período em curso. (DE LUCA, et al, 2009).

No que diz respeito à conta dos lucros retidos e prejuízos do exercício o CPC 09 (2008) acrescenta que: “inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JPC quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo”.

## **2.5 Demonstração do valor adicionado nas instituições financeiras**

O ramo de atividade das instituições financeiras se diferencia das outras empresas comerciais principalmente no que tange ao conceito de valor adicionado. Santos (2007, p. 44) argumenta “[...] que nesta atividade não se pode falar em vendas de bens e serviços, mas em intermediação financeira”. Embora elas também vendam produtos e serviços, a intermediação ainda apresenta a maior parte das receitas. O autor explica ainda que:

Para se resolver o impasse de se poder ou não considerar a atividade bancária como geradora e distribuidora de riqueza, convencionou-se que, excepcionalmente, os custos financeiros dessa atividade devem ser alocados como custo de obtenção de receita e não como distribuição de valor adicionado.

Por este motivo a DVA deste setor, também se diferencia em alguns itens das demais empresas de outros setores. Uma das principais diferenças se refere à questão dos juros pagos e recebidos por parte das empresas. Segundo De Luca et al (2009, p. 57):

As instituições financeiras têm os juros como remuneração de seus serviços e produtos, constituindo-se, portanto, em suas receitas principais, ao contrário do que ocorre com as demais empresas, que os têm como valores recebidos em transferência. Igualmente, os juros pagos no desenvolvimento de suas atividades principais são tratados como redutores da receita, de forma a identificar o montante de recursos gerados por outras companhias, e não como distribuição do valor adicionado.

Por outro lado Martins (1997, apud De Luca, 2002, p. 98) ressalta que os juros “[...] são uma distribuição de renda, uma transferência da riqueza, e não riqueza nova criada. Assim quem recebe juros (registrado como receita financeira, é claro), não está criando riqueza, está recebendo riqueza criada por terceiros”. Entretanto, como já foi citado, convencionou-se considerar a atividade bancária como geradora de riqueza.

Após apontar as diferenças entre os modelos de DVA de empresas comerciais

convencionais e de empresas do setor financeiro, o quadro 5 evidencia o modelo adotado pelas empresas analisadas que se diferencia em maior grau na parte que diz respeito à geração da riqueza, apresentando pouca diferenciação na parte que trata da distribuição do valor adicionado, em relação ao modelo do quadro 4:

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
<b>2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>		
<b>5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>		
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
<b>8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)</b>		
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *</b>		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

**Figura 2: Modelo II - Demonstração do Valor Adicionado – Instituições Financeiras Bancárias**  
Adaptado de CPC 09. Disponível em:< [www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf)>

Como é possível notar no quadro 5, a primeira parte da DVA das instituições financeiras bancárias, que trata da geração da riqueza, diferencia-se do modelo de DVA utilizado pelas outras empresas de outros setores, apresentado no quadro 4, no que diz respeito em primeiro lugar às receitas principais das empresas, que são tratadas aqui como



intermediação financeira. Além disso, no modelo do quadro 5 é acrescentado um item a mais, que o modelo do quadro 4 não apresenta, as despesas com intermediação financeira.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008, p. 10) a geração da riqueza nas instituições financeiras bancárias se divide em:

Receitas de intermediação financeira - inclui as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.

Receita de prestação de serviços - inclui as receitas relativas à cobrança de taxas por prestação de serviços.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão - inclui os valores relativos à constituição e baixa da provisão.

Outras receitas - inclui parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade, etc. Inclui também valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos e perdas na baixa de imobilizados, ganhos e perdas na baixa de investimentos, etc.

Na parte que trata da distribuição do valor adicionado a única diferença identificada é o item “remuneração de capitais de terceiros” que não apresenta a conta juros pagos a terceiros, já que estes, como já foi mencionado anteriormente, entram no item de despesas de intermediação financeira.

### 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após breve levantamento teórico sobre o tema do estudo, o presente capítulo apresentará uma breve caracterização do setor de bancos e alguns dados sobre as empresas que compõem a população estudada, além dos resultados obtidos sobre a distribuição do valor adicionado, evidenciada nas Demonstrações do Valor Adicionado das empresas pesquisadas.

A análise está dividida em: distribuição do valor adicionado por ano, de todas as empresas da amostra; posteriormente é evidenciado como se comporta a distribuição do valor adicionado, segregando a amostra em bancos com controle acionário público e bancos com controle privado.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

O setor bancário é regulado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que é uma das entidades supervisoras e componentes do Sistema Monetário Nacional – SMT.

Segundos dados da revista Exame – Maiores e Melhores de 2009, os 50 maiores bancos com atividade no Brasil fecharam o ano com um patrimônio líquido de 143 bilhões de dólares, apresentando ainda um lucro de 24 bilhões de dólares, que significa um aumento de 15% em relação a 2008. Dentre esses 50 bancos, 19 fazem parte da população estudada.

A Federação Nacional dos Bancos - FENABAN (2010), que é o braço sindical da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, relata que o setor bancário possui mais de 460 mil trabalhadores, e que todos estão cobertos pelos mesmos benefícios, propostos por sua convenção anual, fato que não se repete em nenhum dos setores mais significativos da economia no país. Estes benefícios vão desde auxílio refeição, inclusive nas férias, cesta alimentação mais 13ª cesta no fim do ano, auxílio creche/ babá, auxílio para filhos excepcionais/deficientes (sem limite de idade), passando ainda por complemento de auxílio doença: a todo empregado afastado por doença ou acidente do trabalho, o banco complementa a diferença entre o valor do benefício do INSS e o valor da remuneração mensal do empregado, até 24 meses, além de assistência médica e pagamento de cursos de requalificação profissional após demissão.

A FENABAN (2010) relata ainda que o setor é o único que possui um programa estruturado para inclusão de pessoas com deficiências. O setor possui também programas de remuneração variável assim como elevada mobilidade social e de carreira. Além disso a

FENABAN (2010) cita que o setor possui, “alto índice de permanência no emprego: a rotatividade dos empregados situa-se entre 7% e 8% ao ano, ante 33% na média do trabalho formal no Brasil”(Disponível em: [http://www.febraban.org.br/negociacao/neg\\_dieese.asp](http://www.febraban.org.br/negociacao/neg_dieese.asp)).

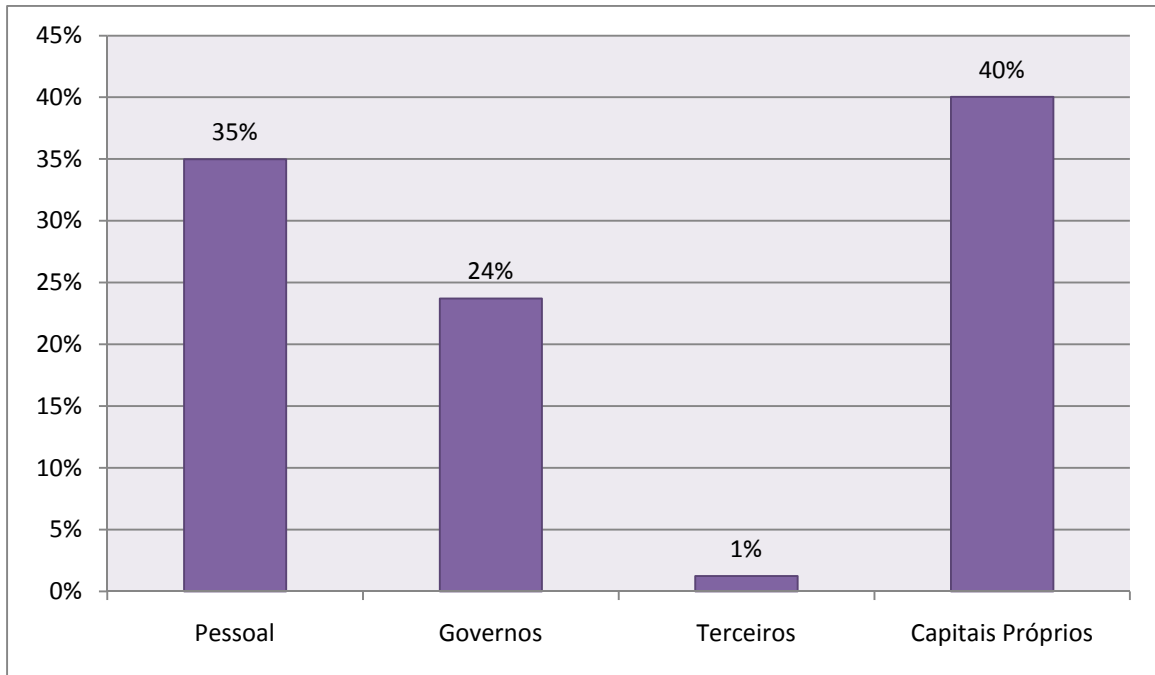
No que diz respeito à responsabilidade social, é possível observar no sítio eletrônico da BM&F Bovespa (2010), um link que trata do assunto, apontando algumas empresas que apresentam dados sobre ações sociais realizadas. Das empresas pesquisadas neste estudo, destacam-se os bancos: do Brasil, Bradesco, Banrisul, Itaú e Paraná, que apontam diversas atividades nas áreas de cultura, saúde e educação, entre outras.

## 3.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO SETOR DE BANCOS

Este tópico tem por objetivo evidenciar e analisar a distribuição do valor adicionado pelos segmentos de pessoal, governos, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios, aplicados pelas empresas do setor financeiro, no segmento de bancos da BM&F Bovespa, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

### 3.2.1 Distribuição do valor adicionado em 2007

A Demonstração do Valor Adicionado como já foi mencionado anteriormente evidência, em sua segunda parte, a distribuição do valor gerado pelas empresas, através de quatro segmentos principais. O gráfico 1 apresenta a destinação média distribuída pelas empresas do setor de bancos com ações negociadas na BM&F Bovespa no ano de 2007:



**Gráfico 1: Distribuição média do valor adicionado no setor de bancos em 2007**  
**Fonte: Elaborado pelo autor**

Como demonstra o gráfico 1, em média a maior distribuição do valor adicionado das empresas ocorreu para os segmentos: de remuneração de capitais próprios, com 40%, seguido do de pessoal, com 35% e o de governos, com 24% e, em último lugar, com apenas 1% em média de valor distribuído, o segmento de remuneração de capitais de terceiros. Porém, se analisarmos somente a média não será refletida a realidade de todas as empresas. Para melhor evidenciar os resultados das empresas do setor de bancos no ano de 2007 é apresentado o quadro 4, com a distribuição do valor adicionado no ano de 2007 por empresa componente da população, para os diversos segmentos apresentados na DVA:

Empresas/Segmento	Pessoal	Governos	Terceiros	Próprios
Banestes S.A. - BCO Est. Espirito Santo	47%	0%	2%	52%
BCO ABC Brasil S.A.	36%	16%	0%	48%
BCO Alfa de Investimentos S.A.	17%	28%	2%	54%
BCO Amazônia S.A.	40%	27%	1%	32%
BCO Bradesco S.A.	29%	29%	3%	39%
BCO Brasil S.A.	47%	26%	0%	27%
BCO Daycoval S.A.	16%	27%	1%	56%
BCO Estado de Sergipe S.A. - Banese	71%	17%	1%	11%
BCO Estado do RS S.A. - Banrisul	44%	-5%	2%	59%
BCO Industrial e Comercial S.A -Bicbanco	26%	31%	1%	42%
BCO Induval S.A.	38%	25%	1%	36%
BCO Nordeste do Brasil S.A. - BNB	54%	24%	2%	21%
BCO Panamericano S.A.	10%	45%	3%	42%
BCO Patagônia S.A.	65%	12%	0%	22%
BCO Pine S.A.	20%	29%	1%	50%
BCO Santander (Brasil) S.A.	38%	24%	3%	34%
BCO Sofisa S.A.	38%	10%	0%	51%
BRB - BCO Brasília S.A.	48%	31%	0%	21%
Itaú Unibanco Holding S.A.	26%	35%	2%	38%
Itausa Investimentos Itaú S.A.	26%	35%	2%	38%
Paraná BCO S.A.	11%	27%	1%	61%
Votorantim S.A.	22%	30%	0%	48%
Média Setorial	35%	24%	1%	40%

**Quadro 4: Distribuição do valor adicionado das empresas por segmento no ano de 2007**

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme é evidenciado no quadro 4 e demonstrado no gráfico 1, em 2007 o segmento que mais recebeu valor adicionado distribuído no setor econômico de bancos foi o de remuneração de capitais próprios, com 40% do total distribuído. Neste elemento, a variação entre a empresa que mais distribuiu e a que menos distribuiu foi de 50 pontos percentuais, com 61% do Paraná Banco contra 11% do Banese. Outro ponto de destaque, dentro do segmento de remuneração de capitais próprios, é que mais da metade das empresas apresentou mais de 60% do valor distribuído para este segmento na conta Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício, o que significa uma forte tendência das empresas pesquisadas, de manter o capital gerado dentro das empresas, no período analisado. O Banco Patagônia, por exemplo, chegou a destinar todo o valor distribuído para o segmento de remuneração de capitais próprios, para esta conta. Por outro lado o banco Santander evidenciou um índice de distribuição bem abaixo em relação às outras empresas do setor, com apenas 6% distribuídos para a conta Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício. Outra análise possível de ser feita no segmento é que a

maioria das empresas do setor remunerou em um percentual baixo, se comparado às demais contas, os acionistas a título de dividendos, apresentando um percentual médio de apenas 7% nesta conta. Além disso, 10 empresas apresentaram um percentual de menos de 1% para dividendos, porém essa média, novamente, não foi a realidade de todo o setor, pois três bancos apresentaram um percentual para dividendos maior que 20%, do total distribuído para remuneração capitais próprios, com destaque mais uma vez para o banco Santander, que apresentou 29% de valor distribuído para esta conta.

O segmento que ficou em segundo lugar na distribuição média foi o de pessoal com uma média de 35%, porém novamente houve uma oscilação muito grande no setor. A empresa que mais distribuiu valor foi o Banese, com 71% do valor total distribuído, enquanto a que menos distribuiu foi o Panamericano, com apenas 10%, apresentando uma variação de 61 pontos percentuais. Se levarmos em consideração ainda que o valor absoluto total distribuído pelo Panamericano foi maior que o do Banese, além do fato das empresas pertencerem ao mesmo setor, essa diferença se acentua mais ainda. A maior parte do valor distribuído para pessoal ficou na conta remuneração direta, com uma média de 67%. Ainda dentro do segmento de pessoal, analisando as DVAs da população no ano de 2007, é possível identificar em algumas empresas, a iniciativa de distribuir parte do valor gerado para os colaboradores a título de participação nos resultados. O banco Votorantin, por exemplo, apresentou um percentual maior a título de participação nos resultados do que na própria conta remuneração direta.

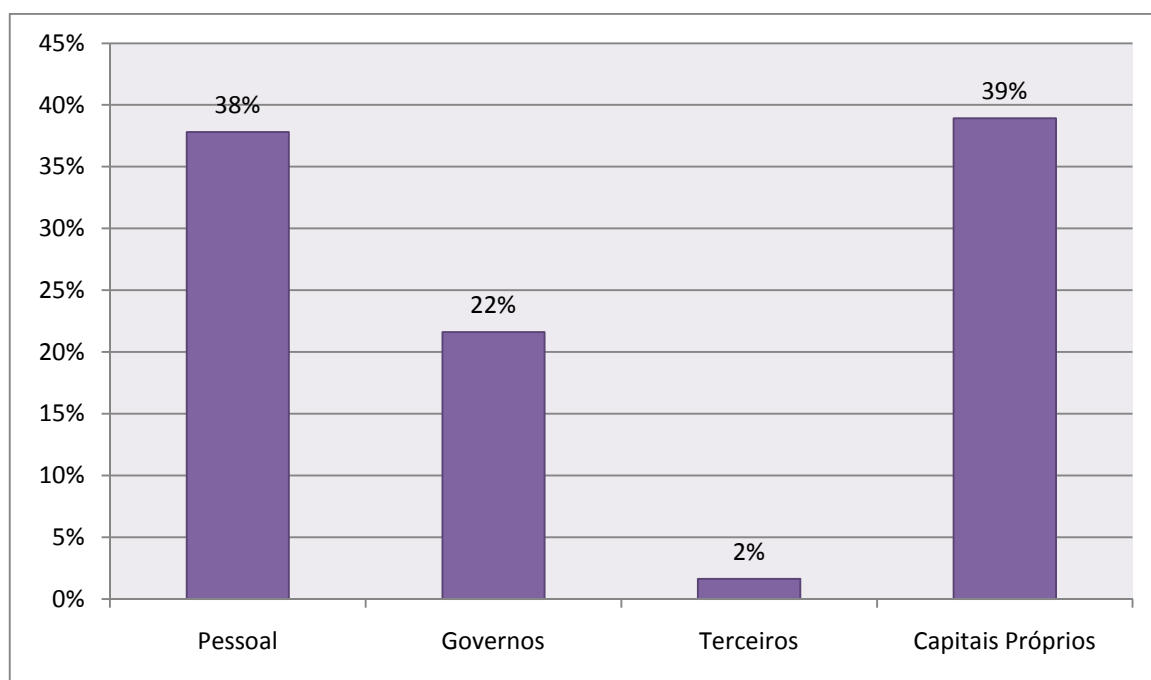
O terceiro segmento que mais recebeu valor adicionado foi o governo, a título de impostos, taxas e contribuições, nas esferas federal, estadual e municipal. Este segmento recebeu em média 24% do valor adicionado. O destaque foi o banco Panamericano, com 45%. Os bancos Banestes e Banrisul, por sua vez, ao invés de distribuírem valor neste segmento, receberam créditos de governos, puxando um pouco para baixo a média de distribuição do setor neste segmento. No caso do Banrisul isso ocorreu, segundo as notas explicativas do banco, pelo recebimento de créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social, já que, desde 1998, ele foi incluído no Programa de Saneamento de Instituições Financeiras, que visa uma reestruturação das instituições bancárias.

No item remuneração de capitais de terceiros, o setor apresenta uma média de distribuição muito baixa, se comparada aos outros segmentos, com apenas 1% de valor distribuído, com variação de 3 pontos percentuais entre a empresa que mais distribuiu valor e a que menos distribuiu neste segmento. Este fato poderia indicar que no momento da pesquisa o setor fazia muito pouco uso do capital de terceiros, porém, a Demonstração do Valor

Adicionado do setor de bancos, se diferencia um pouco das outras empresas comerciais, e não apresenta a conta juros pagos no segmento de remuneração de capitais de terceiros; este fato ocorre porque estes juros são computados normalmente, na conta de despesas com intermediação financeira. Por este motivo torna-se difícil calcular o correto índice que o setor destina para remunerar o capital de terceiros.

### 3.2.2 Distribuição do valor adicionado em 2008

Conforme descrito anteriormente a riqueza gerada por parte das empresa é distribuída em quatro segmentos principais, o de pessoal, de governos, de terceiros e capitais próprios. O gráfico 2 demonstra a distribuição média dos segmentos evidenciados nas DVAs do setor de bancos da BM&F Bovesoa no ano de 2008:



**Gráfico 2: Distribuição média do valor adicionado no setor de bancos em 2008**

**Fonte: Elaborado pelo autor**

De acordo com o gráfico 2, o segmento de capitais próprios voltou a apresentar a maior média de distribuição do valor adicionado com 39% do total distribuído. O segmento de pessoal ficou em segundo, com 38%, e foi o que apresentou maior variação em relação ao ano anterior com 3 pontos percentuais a mais que em 2007, seguido de governos, com 22% e remuneração de capitais de terceiros, com apenas 2%. Para complementar a análise o quadro 5 demonstra a distribuição de todas as empresas componentes da população pesquisada, para

os principais segmentos evidenciados nas DVAs, no ano de 2008:

Empresas/Segmento	Pessoal	Governos	Terceiros	Próprios
Banestes S.A. - BCO Est. Espirito Santo	39%	21%	2%	38%
BCO ABC Brasil S.A.	38%	10%	0%	51%
BCO Alfa de Investimentos S.A.	25%	22%	2%	50%
BCO Amazônia S.A.	43%	16%	1%	39%
BCO Bradesco S.A.	36%	19%	3%	42%
BCO Brasil S.A.	37%	25%	2%	37%
BCO Daycoval S.A.	20%	27%	2%	52%
BCO Estado de Sergipe S.A. - Banese	58%	18%	1%	22%
BCO Estado do RS S.A. - Banrisul	43%	21%	2%	34%
BCO Industrial e Comercial S.A - Bicbanco	23%	25%	1%	51%
BCO Induval S.A.	34%	27%	1%	39%
BCO Nordeste do Brasil S.A. - BNB	47%	25%	1%	27%
BCO Panamericano S.A.	15%	44%	4%	38%
BCO Patagônia S.A.	59%	12%	0%	29%
BCO Pine S.A.	28%	24%	3%	46%
BCO Santander (Brasil) S.A.	56%	11%	5%	28%
BCO Sofisa S.A.	38%	16%	1%	45%
BRB - BCO Brasília S.A.	49%	29%	0%	22%
Itaú Unibanco Holding S.A.	39%	18%	3%	41%
Itausa Investimentos Itaú S.A.	45%	23%	3%	29%
Paraná BCO S.A.	21%	21%	1%	56%
Votorantim S.A.	38%	22%	0%	41%
Média Setorial	38%	22%	2%	39%

**Quadro 5: Distribuição do valor adicionado das empresas por segmento no ano de 2008**

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o quadro 5 e ainda considerando os dados do gráfico 2 no ano de 2008, novamente o segmento que apresentou um percentual médio maior de valor adicionado distribuído foi o de remuneração de capitais próprios, com 39% do total distribuído. A variação entre a empresa que mais distribuiu valor e a que menos distribuiu para este segmento foi de 34 pontos percentuais, com o Paraná Banco como a empresa que mais distribuiu valor para este segmento em 2008, com 56% do total e do outro lado, os bancos Daycoval e o BRB como as que menos distribuíram, com apenas 22% para este item cada uma. Dentro do segmento de remuneração de capitais próprios é possível observar-se ainda que a conta Lucros / Prejuízos do Exercício recebeu em média mais da metade do valor distribuído para este segmento, com um total de 17 empresas apresentando um percentual de distribuição para esta conta maior que 50%; o banco Patagônia, novamente, destinou todo o valor distribuído para o segmento a favor desta conta. Por outro lado a média não representou



a realidade de todas as empresas; algumas acabaram se distanciando consideravelmente dela. O banco Santander, por exemplo, apresentou um percentual de apenas 8% para a conta Lucros / Prejuízos do Exercício. Na conta dividendos um total de 10 empresas apresentam percentual de menos de 1% do total distribuído para o segmento de remuneração de capitais próprios, porém a média das empresas da amostra, nesta conta, ficou em 10% do total distribuído para remuneração de capitais próprios.

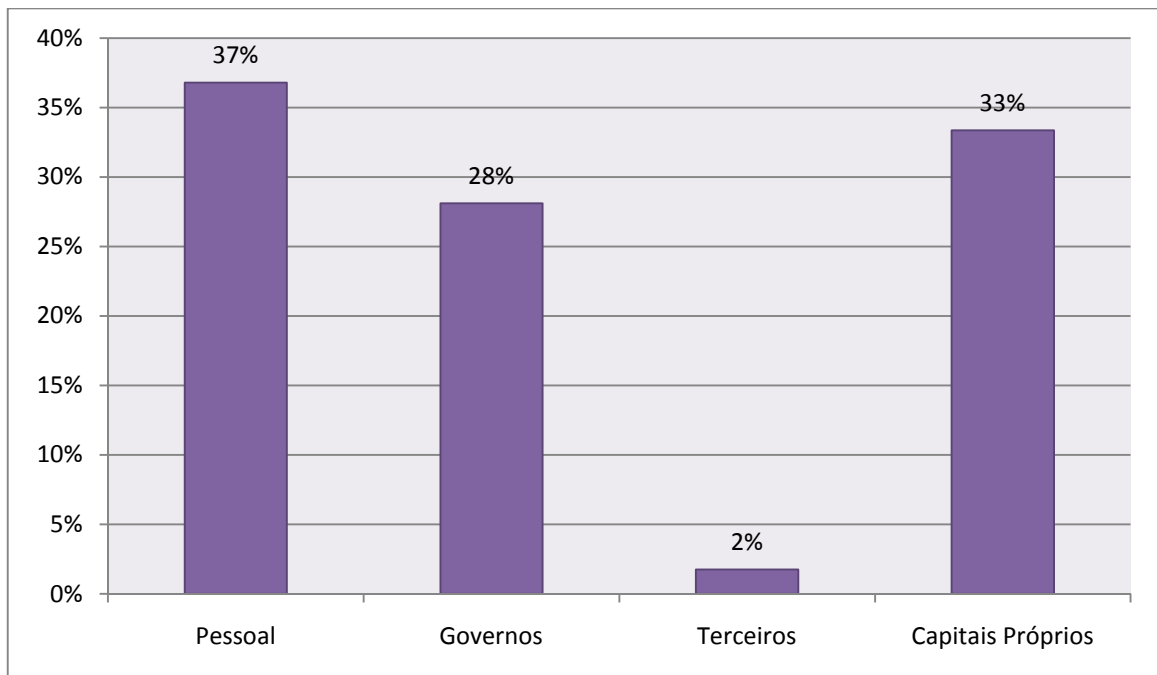
Como já mencionado, o segmento de pessoal, assim como em 2007 ocupou o segundo lugar no ano de 2008, como o que mais recebeu valor adicionado distribuído na população. O segmento recebeu em média 38% do total de valor distribuído, isto é 3 pontos percentuais em média a mais que no ano anterior. A variação percentual de quem mais e quem menos distribuiu valor adicionado ficou em 44 pontos percentuais. O banco Patagônia apresentou o maior índice de distribuição para o segmento, com 59%; do outro lado ficou o Panamericano, com apenas 15% distribuídos para pessoal. Dentro deste segmento, a conta remuneração direta se destaca apresentando em média 66% do total distribuído para o segmento de pessoal. Através da análise das DVAs das empresas pesquisadas, é possível identificar novamente o incentivo de algumas delas, em dividir com seus colaboradores parte do valor gerado, a título de participação nos lucros e resultados, com destaque para os bancos Votorantim e ABC que destinaram, neste sentido, um valor percentual maior inclusive que o distribuído para remuneração direta.

O segmento de governos recebeu um percentual médio de 22% no setor em 2008, com uma variação de 34 pontos percentuais. Do total de empresas pesquisadas, 16 apresentaram um percentual de distribuição menor para este segmento em relação a 2007. A empresa que mais distribuiu valor agregado para governos, no setor, foi o Panamericano que destinou, a título de impostos, taxas e contribuições, um percentual de 44% do total distribuído no ano. Por outro lado, o banco ABC destinou apenas 10% do total para esse segmento. Em último lugar também novamente ficou o segmento de remuneração de capitais de terceiros, com uma média setorial de apenas 2%, que foram distribuídos praticamente em todos os casos a favor da conta aluguéis.

### **3.2.3 Distribuição do valor adicionado em 2009**

De acordo com o que já foi elucidado, o valor adicionado por parte das empresas é dividido em quatro segmentos principais, evidenciados na DVA. O gráfico 3 demonstra a

distribuição média do valor adicionado no ano de 2009 no setor de bancos da BM&F Bovespa:



**Gráfico 3: Distribuição média do valor adicionado no setor de bancos em 2009**  
Fonte: Elaborado pelo autor

No ano de 2009 pela primeira vez em todos os períodos pesquisados, o segmento que mais recebeu valor adicionado distribuído, em média, conforme demonstra o gráfico 3, foi o de pessoal, com 37% do valor total. Em segundo lugar, desta vez, ficou o segmento de remuneração de capitais próprios, com 33%, apresentando uma queda de 6 pontos percentuais em relação a 2008. O terceiro lugar mais uma vez foi ocupado por governos, com 28% e outra vez também em quarto lugar ficou o segmento de remuneração de capitais de terceiros, com apenas 2% do valor total adicionado distribuído. O quadro 6 aponta a distribuição do valor adicionado por todas as empresas componentes do estudo, no ano de 2009:

Empresas/Ano	Pessoal	Governos	Terceiros	Próprios
Banestes S.A. - BCO Est. Espirito Santo	36%	32%	2%	30%
BCO ABC Brasil S.A.	36%	13%	0%	51%
BCO Alfa de Investimentos S.A.	32%	25%	3%	40%
BCO Amazônia S.A.	64%	27%	1%	7%
BCO Bradesco S.A.	30%	33%	2%	34%
BCO Brasil S.A.	38%	28%	2%	33%
BCO Daycoval S.A.	17%	30%	2%	52%
BCO Estado de Sergipe S.A. - Banese	54%	25%	1%	20%
BCO Estado do RS S.A. - Banrisul	41%	30%	2%	27%
BCO Industrial e Comercial S.A - Bicbanco	20%	35%	1%	44%
BCO Induval S.A.	67%	13%	2%	18%
BCO Nordeste do Brasil S.A. - BNB	47%	26%	2%	26%
BCO Panamericano S.A.	8%	44%	2%	45%
BCO Patagônia S.A.	45%	23%	0%	32%
BCO Pine S.A.	26%	32%	4%	39%
BCO Santander (Brasil) S.A.	43%	37%	4%	16%
BCO Sofisa S.A.	58%	-1%	2%	40%
BRB - BCO Brasília S.A.	40%	33%	0%	27%
Itaú Unibanco Holding S.A.	31%	35%	2%	31%
Itausa Investimentos Itaú S.A.	30%	37%	2%	31%
Paraná BCO S.A.	18%	23%	1%	57%
Votorantim S.A.	27%	39%	0%	35%
Média Setorial	37%	28%	2%	33%

**Quadro 6: Distribuição do valor adicionado das empresas por segmento no ano de 2009**

Fonte: Elaborado pelo autor

No ano de 2009 conforme evidenciam o quadro 6 e o gráfico 3, pela primeira vez na amostra pesquisada o segmento que obteve a maior média percentual de distribuição do valor adicionado foi o de pessoal, com 37%. Porém, a média não refletiu a realidade de todas as empresas. A variação entre a empresa que mais distribuiu e a que menos distribuiu valor adicionado para o segmento de pessoal ficou na casa dos 59 pontos percentuais; essa diferença pode ser considerada muito elevada, por se tratar de empresas do mesmo setor. A empresa que mais distribuiu valor adicionado para esse segmento foi o banco Induval, com 67%, no outro lado ficou novamente o Panamericano, com apenas 8% para o segmento; foi a que menos destinou valor percentual para pessoal. Um ponto interessante neste segmento em 2009, é que mesmo tendo sido o ano em que o valor adicionado médio distribuído foi maior, ele apresentou um total de 16 empresas que reduziram o valor distribuído para pessoal em relação a 2008. Outro fato a ser mencionado, novamente, é a distribuição de um percentual destinado para a conta participação nos resultados evidenciado por algumas empresas do

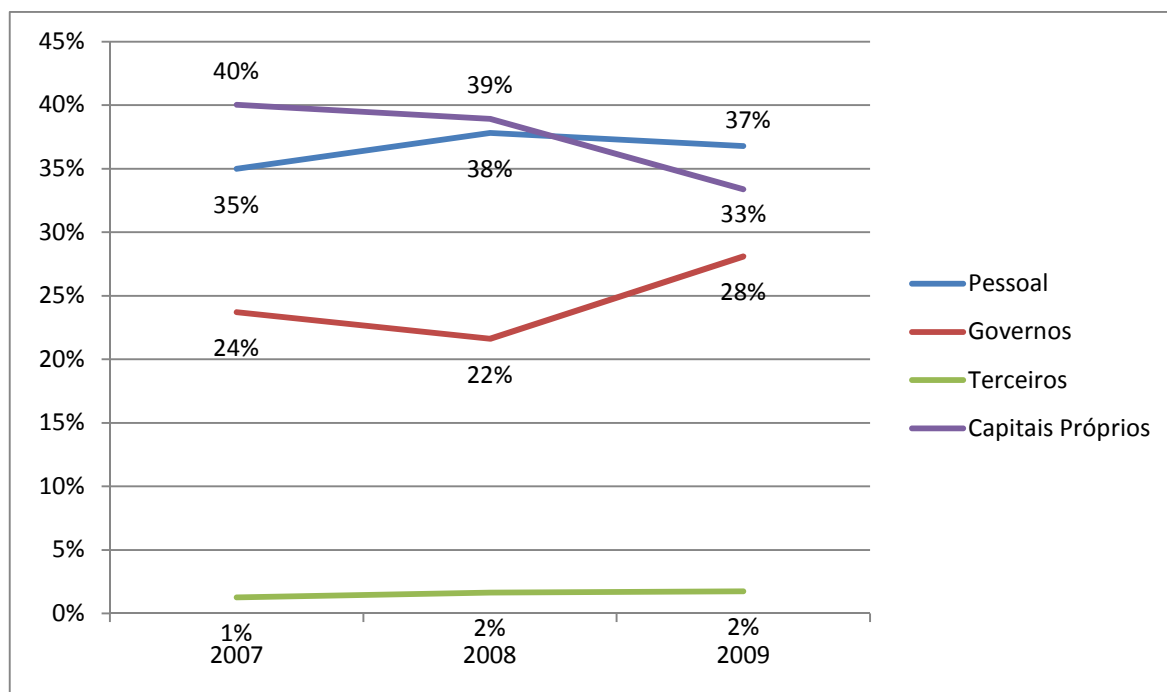
setor; o destaque fica com o banco ABC, que destinou 39% do total distribuído para o segmento de pessoal para esta conta.

Em segundo lugar, como segmento que mais destinou valor adicionado no ano de 2009, tem-se o de remuneração de capitais próprios, com uma média de 33% para o segmento. A empresa que mais destinou valor agregado neste segmento foi o Paraná banco, com um índice de 57%. Na outra ponta ficou o banco Amazônia, que destinou apenas 7% para o segmento, uma variação de 50 pontos percentuais. A conta Lucros / Prejuízos do Exercício voltou a receber o maior percentual do total distribuído para remuneração de capitais próprios, porém essa não foi a realidade de todas as empresas: os bancos Amazônia e Induval apresentaram um valor negativo nesta conta; analisando as DVAs das empresas, identificou-se que este valor foi direcionado para a conta juros sobre o capital próprio.

O segmento de governos voltou a figurar em terceiro lugar na distribuição do valor agregado, com uma média de 28% do total distribuído por parte das empresas, com o banco Panamericano se destacando novamente como o que mais distribuiu valor agregado para governos, apresentando um total de 44% distribuído a título de impostos, taxas e contribuições. Do outro lado aparece o banco Sofisa que, ao invés de distribuir valor, acabou recebendo créditos tributários do governo em 2009. O segmento que menos recebeu valor agregado novamente foi o de remuneração de capitais de terceiros, com apenas 2% em média, sendo distribuído quase que exclusivamente para a conta de aluguéis.

### 3.3 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DO VALOR ADICIONADO

Este tópico tem por objetivo evidenciar e comparar a evolução do valor adicionado distribuído por parte das empresas analisadas, em todos os anos pesquisados, para os quatro segmentos evidenciados nas Demonstrações do Valor Adicionado. O gráfico 4 demonstra a distribuição do valor adicionado médio efetuada pelas empresas da população, entre os segmentos, nos anos de 2007, 2008 e 2009:



**Gráfico 4: Distribuição média do valor adicionado por segmento**  
**Fonte: Elaborado pelo autor**

Conforme o gráfico 4, o segmento de remuneração de capitais próprios apresentou inicialmente uma variação de apenas 1 ponto percentual para menos, entre os anos de 2007 e 2008, mostrando até então uma tendência do setor em remunerar com a maior parte do valor adicionado o capital dos proprietários, porém do ano de 2008 para 2009 houve uma redução de 6 pontos percentuais, em outras palavras, entre 2007 e 2009 esse segmento teve uma diminuição média de valor adicionado distribuído por volta de 21%. Se for considerado que a média do valor adicionado distribuído total, por parte das empresas, teve um aumento médio de 18% entre 2007 e 2008 e de 17% entre 2008 e 2009, nota-se que, em termos de média, mesmo aumentado o valor adicionado total distribuído, não houve aumento da remuneração de capitais próprios, pelo contrário, houve uma redução do percentual distribuído para esse segmento. A empresa que apresentou a maior média de distribuição para este segmento nos três anos pesquisados foi o Paraná banco, com 58%. Por outro lado, o banco Banese distribuiu apenas 18%, em média, para remunerar o capital próprio. Em termos de amostra, um total de 13 empresas reduziu o percentual de valor distribuído para o segmento de 2007 para 2008, e 15 empresas reduziram de 2008 para 2009.

No segmento de pessoal, a média das empresas nos três anos pesquisados ficou em 37%. É possível notar, no gráfico 4, que houve um aumento de 2 pontos percentuais entre os anos de 2007 e 2009, passando de 35% para 37%. Do total das 22 empresas analisadas, 12 aumentaram em termos percentuais o valor distribuído para pessoal entre 2007 e 2009. Este

aumento na distribuição para o segmento de pessoal pode demonstrar uma tendência das empresas em distribuir para os colaboradores uma maior parte do valor agregado. Essa, pela ótica da responsabilidade social, pode ser considerada a atitude correta por parte das empresas, já que os colaboradores participam diretamente na formação do valor adicionado. Essa distribuição pode acontecer através de remuneração direta e benefícios, ou até mesmo, como no caso de algumas empresas da amostra, a título de participação nos resultados. Neste quesito pode-se destacar principalmente os bancos Votorantim e ABC, que evidenciaram em suas DVAs a distribuição de resultados entre seus colaboradores.

No segmento de governo, a média de distribuição do valor adicionado ficou acima dos 24%. No gráfico 4 é possível identificar que, após uma queda na média do valor destinado no ano de 2008, houve, no fim dos períodos analisados, um aumento de 4 pontos percentuais entre os anos de 2007 e 2009, representando, em outras palavras, uma elevação média de 16% do valor adicionado distribuído para pagamento de impostos, taxas e contribuições, indicando uma elevação da carga tributária no período, fato comum no Brasil, que possui uma das maiores cargas tributárias do mundo.

O segmento que menos recebeu valor adicionado nos três anos foi o de remuneração de capitais de terceiros, com médias de 1%, 2% e 2% nos respectivos anos de 2007, 2008 e 2009. Este fato, como foi destacado anteriormente, pode ocorrer porque, diferentemente das outras empresas de outros setores, os bancos não evidenciam neste segmento os juros pagos a terceiros; esses juros são computados na conta despesas de intermediação financeira, fato que dificulta a análise do real valor adicionado que as empresas destinam para remunerar os capitais de terceiros, ficando evidenciado nesse segmento quase que exclusivamente os valores pagos a título de aluguéis.

Nos três anos pesquisados, as empresas apresentaram, em termos relativos, variações nos percentuais de distribuição do valor adicionado, que podem indicar tanto estratégias como vantagens competitivas, com algumas remunerando melhor o capital próprio, outras, o pessoal e outras, em alguns casos, o governo.

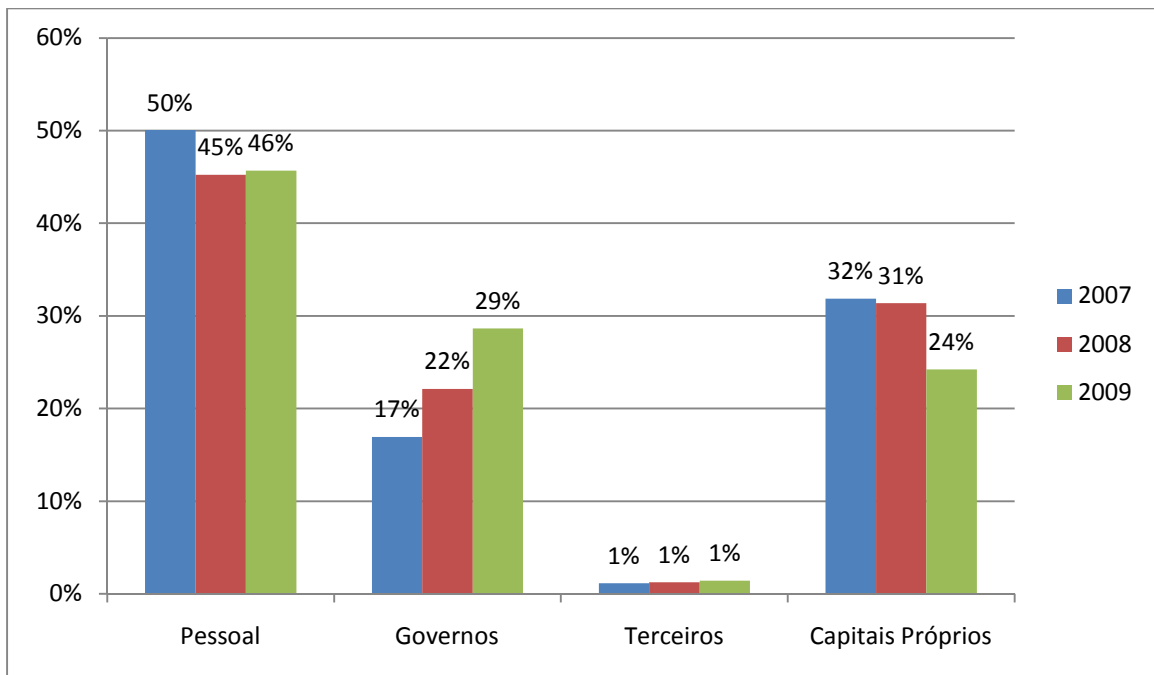
#### 3.4 ANÁLISE COMPARATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR CONTROLE ACIONÁRIO

Após realizar a análise de todos os bancos nos anos de 2007, 2008 e 2009, o estudo tem por objetivo, através do presente tópico, de evidenciar e analisar como se comporta a

distribuição do valor adicionado no setor de bancos, segmentando o setor em bancos de controle acionário público e de bancos de controle acionário privado, e ainda analisar possíveis diferenças entre os dois. As informações sobre a quem pertence o controle acionário dos bancos analisados estão evidenciadas no próprio sítio eletrônico da BM&F Bovespa.

### 3.4.1 Distribuição do valor adicionado dos bancos com controle acionário público

A seguir é analisada a distribuição do valor adicionado nos bancos que têm controle acionário público. São eles os bancos: Banestes; Banco Amazônia; Banco do Brasil; Banese; Banrisul; Banco Nordeste do Brasil e Banco de Brasília. O gráfico 5 demonstra a média de distribuição do valor adicionado para todos os segmentos evidenciados na DVA, nos três anos pesquisados no presente estudo.



**Gráfico 5: Distribuição média do valor adicionado nos bancos públicos**  
**Fonte: Elaborado pelo autor**

Os bancos com controle acionário público, conforme nos demonstra o gráfico 5 apresentam uma maior distribuição para o segmento de pessoal, apresentando uma média nos três anos de 47%. Destaca-se ainda que todas as empresas analisadas apresentaram mais de 40% em média distribuídos para pessoal. Entretanto, se analisado de forma horizontal, houve um decréscimo na distribuição média para este segmento, de 4 pontos percentuais entre 2007 e 2009, com destaque ainda para o ano de 2008 que apresentou o menor índice dos três períodos. Se levarmos em conta que em média o valor adicionado total distribuído por parte

das empresas aumentou em 22 pontos percentuais de 2007 para 2008 e em 14 pontos percentuais de 2008 para 2009, pode se dizer que houve uma desvalorização ainda maior do segmento de pessoal no período. A empresa que mais destinou valor adicionado para o segmento de pessoal foi o Banese, que atingiu uma média de 61% distribuídos para pessoal nos três anos pesquisados.

O segmento de remuneração de capitais próprios ficou em segundo lugar como o que mais recebeu valor adicionado distribuído. Entretanto o segmento apresentou uma queda no valor médio distribuído nos anos pesquisados. Entre os anos de 2007 e 2008 houve uma redução de 1 ponto percentual em média para o segmento e entre os anos de 2008 e 2009 a redução foi de 7 pontos percentuais, isso equivale a dizer que no período todo, a redução foi de mais de 33%. Os bancos Banestes e Banrisul com 40% em média distribuídos para remuneração de capitais próprios, foram os que mais distribuíram. Por outro lado o Banese destinou apenas 18%, em média, para este segmento, nos três anos.

O segmento de governos foi o único que apresentou um crescimento nos períodos estudados chegando a uma variação de 12 pontos percentuais entre os anos de 2007 e 2009. O que significa dizer que a carga tributária aumentou em média mais de 70% para os bancos analisados, com controle acionário público. Entretanto, pode se destacar que no ano de 2007 os bancos Banese e Banrisul acabaram puxando a média para baixo, por apresentarem resultados negativos na distribuição para governos. Conclui-se também que todos os bancos com controle público apresentaram aumento no percentual distribuído para governos entre os anos de 2007 e 2009.

O segmento remuneração de capitais de terceiros apresentou em todos os anos um índice de apenas 1%. Cabe lembrar que as demonstrações do valor adicionado dos bancos, se diferenciam um pouco das de outras empresas, como já foi dito. A principal diferença apontada neste estudo é que o segmento remuneração de capitais de terceiros não apresenta a conta juros pagos a terceiros, que é evidenciada nas DVAs das outras empresas. Esse fato se dá, como também já foi citado, por que esses juros estão incluídos em despesas com intermediações financeiras. Isto dificulta demonstrar qual a real situação das empresas no que diz respeito à remuneração de capitais de terceiros.

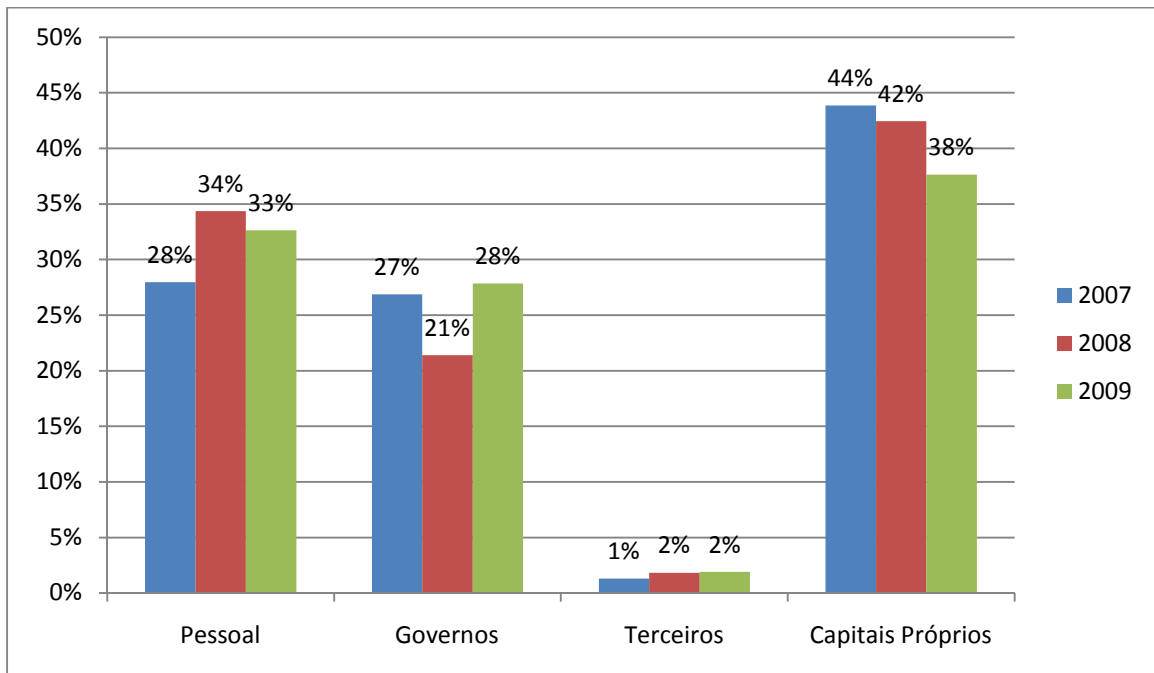
De uma forma geral, sob a ótica da responsabilidade social, os bancos de controle público, mesmo apresentando uma redução percentual na distribuição do valor adicionado para o segmento de pessoal nos anos pesquisados, ainda assim cumprem com o dever social de dividir equitativamente o valor gerado pelas empresas, com todos os agentes que ajudam a gerar este valor. Pode se destacar que em todos os anos pesquisados os bancos de controle



público apresentaram, em média, quase que a metade do valor adicionado total distribuído para o segmento de pessoal.

### 3.4.2 Distribuição do valor adicionado dos bancos com controle acionário privado

O tópico evidenciará como se comportou a distribuição do valor adicionado para os segmentos de pessoal, governos, remuneração de capitais de terceiros e próprios, nos bancos com controle acionário privado. Os bancos analisados neste item são: ABC do Brasil; Banco Alfa; Bradesco; Daycoval; BicBanco; Indusval; Panamericano; Patagônia; Pine; Santander; Sofisa; Itaú Unibanco; Itausa; Paraná Banco e Votorantim. O gráfico 6 demonstra a média de distribuição do valor adicionado nos três anos pesquisados:



**Gráfico 6: Distribuição média do valor adicionado nos bancos privados**

Fonte: Elaborado pelo autor

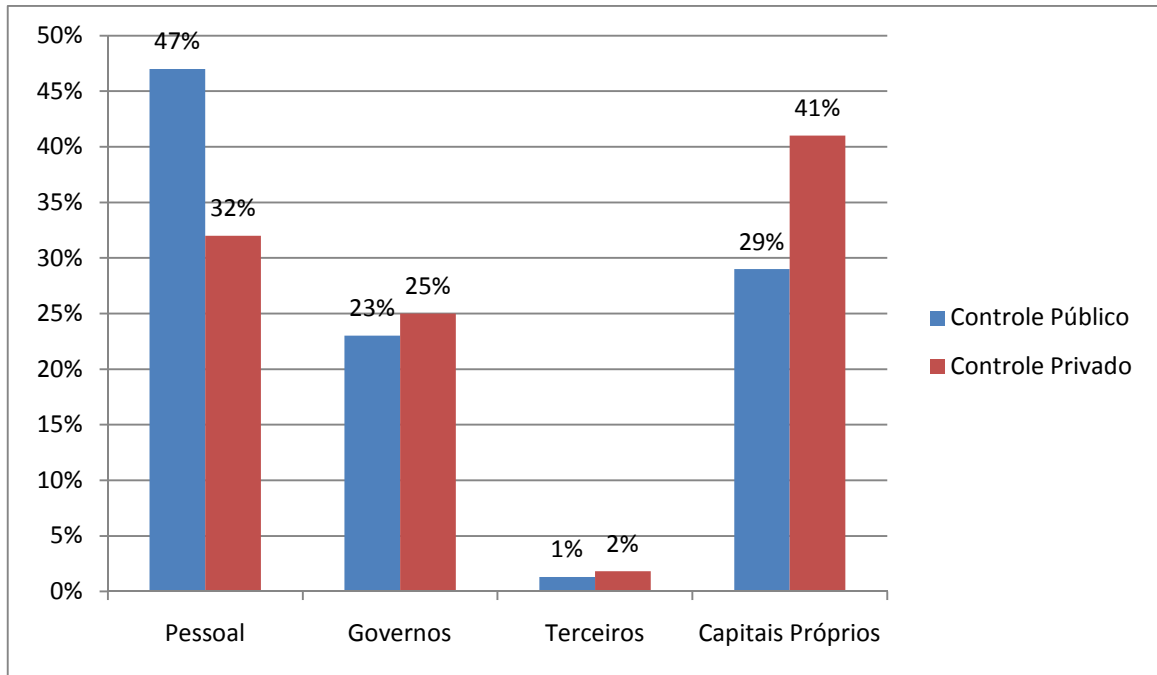
Nos bancos com controle acionário privado o segmento que mais recebeu valor adicionado distribuído foi o de remuneração de capitais próprios, recebendo em média nos três anos, 41% do total distribuído para todos os agentes. Porém este segmento sofreu um decréscimo de 6 pontos percentuais no período de 2007 a 2009, apontando uma tendência de redução na remuneração dos capitais próprios. Das 15 empresas de controle acionário privado, 11 apresentaram uma diminuição média no valor adicionado distribuído para remunerar o capital próprio entre os anos de 2007 e 2009.

O segmento de pessoal apresentou uma tendência de crescimento médio no percentual de distribuição do valor adicionado no período pesquisado, saindo de 28% em 2007, chegando a 34% em 2008 e 33% em 2009; isto significa um crescimento de quase 18% de 2007 em relação a 2009. Do total das 15 empresas analisadas, 11 apresentaram um aumento no percentual do valor adicionado distribuído para este segmento neste período. Destaque para o banco Patagônia que apresentou uma média de 57 % de valor adicionado distribuído para esse segmento. Por outro lado, ele foi o que apresentou também a maior redução de 2007 para 2009, neste segmento. Constatou-se que o referido banco apresentava 65% de valor distribuído para o segmento de pessoal em 2007, já em 2009 este percentual caiu para 45%. O banco privado que pior remunerou pessoal foi o Panamericano, com uma média de apenas 11% de valor adicionado distribuído para este segmento.

O elemento governos recebeu em média 25% do valor adicionado distribuído, apresentando uma variação considerável de 6 pontos percentuais para menos de 2007 para 2008. Já de 2008 para 2009 a variação foi de 7 pontos para mais; a média de 2009 ainda foi influenciada pelo banco Sofisa, que apresentou um valor negativo para governos. Se considerarmos a exceção do próprio banco Sofisa e também do banco Induval, todos os outros apresentaram um crescimento no valor adicionado percentual distribuído para governos. Conclui-se que a carga tributária sofreu um aumento maior ainda que a média, evidenciada para os bancos privados. Ainda no segmento de governos pode-se destacar o banco Panamericano que, em todos anos analisados, foi o que mais contribuiu para governos, com quase 20 pontos percentuais acima da média das outras empresas. O segmento remuneração de capitais de terceiros, em geral, quase não apresentou oscilação média nos valores distribuídos.

### **3.4.3 Comparativo sobre a distribuição do valor adicionado por controle acionário**

Este item tem por objetivo principal comparar as principais variações na distribuição do valor adicionado, demonstradas nas DVAs dos bancos com controle acionário público e privado. Para isso, somaram-se as distribuições médias dos três anos pesquisados, nos segmentos evidenciados na DVA e dividiu-se o resultado pelo número de anos, chegando assim à média das empresas dos dois tipos de controle acionário. O gráfico 7 demonstra a média de distribuição do valor adicionado por segmento, nos anos pesquisados:



**Gráfico 7: Comparativo do valor adicionado médio distribuído por controle acionário**  
**Fonte: Elaborado pelo autor**

Observando o gráfico 7, é possível notar a tendência que os bancos com controle acionário público analisados na amostra, têm em remunerar em valor percentual médio maior o segmento de pessoal, ficando em média 15 pontos percentuais acima dos bancos com controle privado. Fazendo uso de toda a análise realizada até agora, é possível apontar que do total de bancos privados, somente os bancos Patagônia, com 57% de média nos três anos e o Induval com 47%, conseguiram se aproximar dos valores médios distribuídos para pessoal, apresentados por pelos bancos públicos.

Os bancos privados da amostra, por sua vez, apresentam maior destinação do valor distribuído para remunerar o próprio capital apontando um valor médio para este segmento de 41%, 12 pontos percentuais a mais que os públicos. Entretanto, no período todo, estes bancos apresentaram redução neste item, apontando uma redução no retorno dado aos donos do capital, fato que se repetiu nos bancos com controle público. Os bancos privados também apresentam, em média, um valor percentual para governos maior que os públicos, apontando uma maior carga tributária para os privados do que para os públicos. Este fato pode ocorrer devido a diferentes cargas tributárias aplicadas nos diferentes estados da União ou até mesmo por diferentes tipos de serviços prestados por parte dos bancos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo serão apresentadas as conclusões do estudo, bem como a opinião do autor, além de recomendações para trabalhos futuros.

### 4.1 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada teve como objetivo geral identificar como as empresas do segmento de bancos do setor financeiro da BM&F Bovespa distribuí o valor adicionado para os segmentos de pessoal, governos, remuneração dos capitais de terceiros e próprios nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Foi possível, com a pesquisa, alcançar os objetivos específicos, quando se identificou que a população como um todo distribuiu, nos dois primeiros anos da amostra, um valor percentual médio maior para o segmento de remuneração de capitais próprios. Entretanto este fato não se repetiu no último ano analisado, quando as empresas acabaram distribuindo um maior valor adicionado para o segmento de pessoal, que até então ocupava a segunda posição como quem mais recebia valor adicionado distribuído. O segmento de governos, a título de impostos, taxas e contribuições, ficou sempre em terceiro lugar em distribuição do valor adicionado, variando pouco no período analisado. Em média este segmento consumiu um quarto do valor adicionado total distribuído pelas empresas pesquisadas. O segmento de remuneração de capitais de terceiros recebeu percentuais de distribuição muito abaixo dos outros segmentos, com algumas empresas apresentando percentuais de menos de 1%. Constatou-se que este fato ocorreu porque a DVA das empresas financeiras bancárias não apresenta a conta juros pagos a terceiros, conforme evidenciado na fundamentação teórica. Este fato prejudicou a análise deste segmento, impedindo uma clara evidenciação da situação das empresas com relação a possíveis endividamentos, que poderiam ser demonstrados com a análise das DVAs.

Foi possível através do estudo destacar também as empresas que distribuíam mais e menos valor adicionado para cada segmento evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado.

No segmento de remuneração de capitais próprios as empresas que em média nos três anos pesquisados, mais distribuíram valor foram o banco Abc e o banco Daycoval, já as que menos distribuíram foram o Banese e o Santander. Através deste segmento é possível

identificar possíveis políticas de incentivos aos acionistas através do pagamento de dividendos e remuneração do capital próprio.

Para o segmento de pessoal apresentaram maior valor de distribuição, os bancos Banesse e Patagônia. Já na outra ponta, quem menos distribuiu foram os bancos Panamericano, Daycoval e Paraná. Foi possível, neste segmento, perceber a iniciativa por parte de algumas empresas pesquisadas em dividir parte dos lucros obtidos nos períodos com seus funcionários a título de participação nos resultados, com destaque para os bancos Votorantim e Abc. A evidenciação de políticas de incentivo aos empregados pode representar vantagens competitivas, já que através da valorização destes pode se alcançar uma possível melhora na qualidade da prestação dos serviços no setor.

No segmento de governos os bancos Panamericano e Itausa foram os que em média, mais distribuíram valor adicionado, enquanto os bancos Sofisa e Abc distribuíram menos.

Quanto ao objetivo de analisar possíveis diferenças entre a distribuição do valor adicionado efetuada por bancos com controle acionário público e bancos com controle privado, constatou-se que, em primeiro lugar, os bancos públicos apresentam um percentual médio de distribuição para o segmento pessoal bem superior ao percentual dos bancos públicos. Porém, ao longo de todo período, os bancos públicos reduziram este percentual de distribuição, enquanto que com os bancos privados ocorreu o contrário. A distribuição deste percentual pode indicar tendência de crescimento na valorização da mão-de-obra nos bancos privados, e uma possível desvalorização por parte dos bancos públicos.

No segmento de remuneração do capital próprio, que obteve a segunda maior média de distribuição nos três anos pesquisados nos bancos públicos e primeira nos bancos privados, ambos os modelos de controle reduziram o valor médio distribuído para o segmento entre 2007 e 2009. Pode-se entender, analisando este item, que em geral houve uma redução do retorno aos investidores do capital em ambos os casos.

## 4.2 OPINIÃO DO AUTOR

Através do presente estudo, o pesquisador familiarizou-se com conceitos e idéias sobre Responsabilidade Social Empresarial, tema de diversas discussões internacionais e nacionais nas últimas décadas, além de aprender sobre o Balanço Social, que hoje em dia pode ser considerada, mesmo que com algumas limitações, a ferramenta de controle social das empresas mais importante.

O estudo também possibilitou um aprofundamento teórico sobre a Demonstração do Valor Adicionado que, com a regulamentação legal, se tornou fundamental para uma melhor análise do retorno dado a diversos segmentos da sociedade que compõem uma organização.

Destaca-se também a análise do setor financeiro, mais especificamente dos bancos com ações negociadas na BM&F Bovespa, setor este que há muito tempo é fundamental para o fomento e desenvolvimento da economia e conseqüentemente da sociedade em geral. É ainda fruto de debates, principalmente no que tange aos grandes lucros alcançados nos últimos anos, principalmente no Brasil.

#### 4.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Com a intenção de contribuir para possíveis trabalhos futuros sobre o assunto, utilizando-se dos resultados alcançados com a pesquisa, recomenda-se:

- realizar a mesma pesquisa com outra população de empresas;
- realizar a mesma pesquisa em anos posteriores aos pesquisados nesta, procurando evidenciar possíveis tendências e comportamentos;
- realizar um estudo comparativo entre diferentes setores da economia, procurando apontar possíveis tendências e comportamentos por parte das empresas analisadas.

## 5. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. In: AMORIM, Tânia Nobre Gonçalves Ferreira. Responsabilidade social corporativa. In: LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; LIRA Zarah Barbosa. Balanço social. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Responsabilidade social: sistemas de gestão – requisitos**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/nbr16001.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2010

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <[www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br)>>>. Acesso em: 30 de abr. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 30 out. 2010.

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS E BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. Disponível em: <[www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)>

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em: 12 de setembro de 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARÁRIOS (CVM). **Deliberação CVM n 557**, de 12-11-2008. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do valor Adicionado. Disponível em:<

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **Pronunciamento Técnico 09 (CPC09)**, Demonstração do Valor Adicionado, de 30-10-2008, aprovado pela Resolução CFC n 1.138/08 e pela Deliberação CVM n 557/, de 12-11-2008. Disponível em:<[www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf)>. Acesso em 12 set. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC n 1.138/08**. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, de 21-11-2008. Disponível em: <[www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1138.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc)>. Acesso em: 12 set. 2010.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração do valor Adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza para os funcionários**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008)>. Acesso em: 15 set. 2010.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes et al. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social empresarial**. Disponível em: <[www1.ethos.com.br](http://www1.ethos.com.br)>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

FAVERO, Hamilton Luíz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. 4º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS – FEBRABAN. **Fatos e dados do setor**. Disponível em: < [www.febraban.org.br/negociacao/neg\\_dieese.asp](http://www.febraban.org.br/negociacao/neg_dieese.asp)>. Acesso em: 01 de nov. 2010.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 8º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da responsabilidade social**. Curitiba: Editora Camões, 2008.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Contabilidade social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: n° 120. nov./dez. 1999.

LEÃO Mauro Eustáquio de Souza. **O balanço social como instrumento de divulgação das ações sociais das empresas: proposição de modelo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Avançada**. 11º Ed. São Paulo: Editora Frase, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil**. 5º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PETRENCO, Solange Aparecida. **Contabilidade e seu valor probante**. 2º Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

REVISTA ÉPOCA. **Maiores e melhores 2009**. São Paulo: Editora Abril, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.



RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. **A mensuração e análise do valor adicionado através da DVA – um estudo de caso.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: n° 151. jan./ fev. 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 17° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e a analisar a DVA.** 2° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão empresarial sócio ambiental.** In: RENSI, Francini; CARDOSO, André Coimbra Felix; SCHENINI, Pedro Carlos (Org.). Responsabilidade Social Corporativa: balanço social. Florianópolis: Nupegema, 2005.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia.** 4° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 6° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; Kraemer, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.